



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

“Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião realizada em 20 de maio de 2014, às 10 horas e 21 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital Rêgo** e com a presença dos Senadores: **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Rodrigues, e Aníbal Diniz**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Cyro Miranda e Gim**. Na oportunidade, foi realizada audiência pública com a presença de José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Ex-Presidente da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 302, de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação a ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo, Secretário de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan).

Motivo: Requerimento nº 34, de 2014.

Tenho a honra de convidar o Sr. José Sérgio Gabrielli a tomar assento à mesa.

No transcorrer do depoimento, serão obedecidas as seguintes normas: o depoente terá 20 minutos para fazer a sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo cada um



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente ou de dez minutos, intercalando respostas e perguntas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com a preferência para o relator, a Presidência, o autor do requerimento, no caso, o Senador Humberto Costa, os membros titulares, os suplentes e, ao final, os não membros.

Os líderes poderão intervir, na forma regimental, mas não inquirir os depoentes.

Com a palavra, o Dr. Sergio Gabrielli.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Exmº Sr. Senador Vital, Presidente da Comissão, Exmºs Srs. Senadores, eu gostaria de usar esses 20 minutos para contextualizar algumas questões que me parecem relevantes nos objetos, nos fatos determinantes da criação desta CPI.

Primeiro, eu queria falar um pouco que o negócio de petróleo e de derivados é um negócio com algumas características especiais que não são comuns em todos os setores, mas é necessário que nós coloquemos para entender os processos decisórios que ocorrem nessa indústria.

O petróleo é uma indústria que, necessariamente, precisa trabalhar com o longo prazo. O tempo médio entre uma descoberta e o primeiro óleo é em torno de sete anos. Uma refinaria leva de seis a sete anos para ser construída.

Apesar desse tempo necessário dos investimentos na área de petróleo, os preços do petróleo e os preços dos derivados variam a cada minuto. Portanto, você combina um negócio que, necessariamente, é um negócio de longo prazo com variações de curtíssimo prazo dos seus preços. Consequentemente, você tem que ter... Essencialmente, a principal questão na indústria do petróleo é o planejamento estratégico, é a ideia de que você tem que responder às expectativas de como as conjunturas mudarão.

Portanto, as suas decisões em qualquer negócio da área do petróleo são decisões que se referem à sua visão do que está acontecendo naquele momento, antecipando quais são as probabilidades do que acontecerá no futuro.

Para viabilizar isso, se em todas as empresas o plano estratégico é um elemento fundamental, numa empresa de petróleo, ele é vital.

Como é o processo, portanto, de formatação, de definição, de como entra, o que entra ou não entra no plano estratégico de uma empresa? O primeiro elemento fundamental é a aderência dos objetivos que essa empresa tem naquele horizonte daquele plano. Esses objetivos, portanto, são determinados por uma percepção do que é mais relevante, do que é mais importante, naquele momento, fazer para responder aos desafios que o setor apresenta em médio e longo prazo.

A segunda característica importante é você fazer uma avaliação precisa de cada projeto.

Um plano de negócios de uma empresa como a Petrobras envolve mais de 700 projetos, não tem um projeto só, e envolve centenas de projetos que estão em fases de maturação distintas.

Um projeto de investimento passa pelo menos, numa grande empresa, por quatro fases: uma fase inicial, que é uma fase de conceituar o projeto, ter uma ideia



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

geral do que é o projeto, ter uma ideia geral de quanto custa esse projeto. Numa segunda fase, esse projeto é detalhado. Numa terceira fase, esse projeto vai à fase de projeto básico e até de projeto executivo, quando, tomada a decisão, se iniciam as licitações e as contratações.

Então, na maioria dos projetos, as licitações e contratações ocorrem na terceira fase de avaliação dos projetos.

Durante essas três fases, o custo previsto do projeto pode variar.

Os padrões internacionais dizem que, na fase um, os projetos de grandes empresas variam entre menos 50% e mais 100% da estimativa inicial. Na fase dois, esse intervalo se reduz para menos 30% e mais 50%. Na fase três, menos 20% e mais 30%; e na fase quatro, ainda assim, na implantação do projeto há variações dos custos dos investimentos.

Portanto, a ideia de avançar nas diversas fases é identificar nessas diversas fases melhorias do detalhamento do projeto. Frente a esse tipo de situação, é preciso identificar quem toma a decisão de um projeto entrar ou não no plano de negócio. É o Conselho de Administração. Então, o Conselho de Administração de uma empresa é o órgão fundamental para tomar as decisões estratégicas da empresa. O Conselho de Administração, no caso de uma empresa como a Petrobras, reúne-se mensalmente, toma decisões colegiadas, e essas decisões colegiadas são decisões discutidas no âmbito do Conselho, no Plano Estratégico. Não compete ao Conselho, nem o Conselho tem possibilidade, entrar nos detalhes operacionais de contratos, nem nos detalhes operacionais de cada negócio. As decisões são: o negócio é aderente ao plano estratégico? O negócio tem custo adequado às condições de mercado? O negócio traz retorno para a companhia? Frente a isso, aceita-se ou não se aceita esse projeto no plano de negócio.

Portanto, as decisões de conselho são decisões estratégicas, não são decisões operacionais. As decisões mais operacionais ficam no âmbito da Diretoria Executiva, que se reúne toda semana e que toma entre 1300 e 1600 decisões por ano. Também na Diretoria Executiva você não tem condições de ir totalmente a todas as condições operacionais.

A Petrobras, por exemplo, tem um Grupo Executivo, chamado G1, que é um grupo que trabalha e toma as decisões em nível de gerências executivas e gerências gerais da Petrobras. Esse é um grupo que tem 450 gerentes. Esses, sim, é que entram em questões operacionais e, portanto, têm uma estrutura complexa de tomada de decisões. Uma estrutura desse tamanho não pode funcionar à base das pessoas; tem que funcionar à base dos procedimentos, das regras das comissões e das diversas instruções que são feitas ao longo do processo das decisões.

Portanto, o conjunto das decisões não são decisões individuais tomadas por ninguém. É o resultado de um conjunto de ações do conjunto da empresa, avaliando as incertezas de longo prazo e de curto prazo. Assim foram as decisões de Pasadena.

Eu queria agora falar um pouco de quais eram as condições que o Conselho de Administração da Petrobras tinha não em 2006, mas no final da década de 1990, início dos anos 2000.

O Conselho de Administração da Petrobras tinha a seguinte realidade: primeiro, um País onde não crescia o consumo de derivados; um País que estava



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

estagnado no seu crescimento econômico; um País que estava com as suas refinarias sendo utilizadas, porém, não podiam crescer porque não havia mercado no Brasil para crescerem as refinarias; as suas refinarias estavam sendo separadas progressivamente para se fazer operações do tipo da que foi feita com a Refap, no Rio Grande do Sul, que foi uma refinaria privatizada com a Repsol, no Rio Grande do Sul.

Essa situação das refinarias, portanto, era uma situação em que as refinarias brasileiras estavam adaptadas para produzir petróleo leve. É muito importante chamar a atenção para isso, porque, quando elas foram construídas, foi para produzir petróleo leve. O petróleo leve é um petróleo que produz derivados com refinarias mais simples. O petróleo brasileiro é um petróleo pesado. O petróleo produzido na Bacia de Campos é um petróleo que precisa de refinarias mais complexas.

Portanto, os investimentos que o Conselho de Administração da Petrobras toma em 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002 são investimentos voltados para a melhoria da qualidade de nosso perfil de refino e para viabilizar maior utilização do petróleo brasileiro nas refinarias brasileiras. Essa decisão, no entanto, enfrentava outra realidade, que era o fato de que a Bacia de Campos, principalmente no Campo de Marlim, que produz o Petróleo Marlim, tinha um potencial muito grande de produção. Portanto, teríamos uma perspectiva de crescer a produção de petróleo no Brasil e, ao mesmo tempo, não tínhamos a perspectiva de crescer o refino no Brasil.

O que é que decide o Conselho de Administração da Petrobras? Se eu vou ter um crescimento da produção de petróleo e não vou ter crescimento do refino, eu vou buscar refino no exterior. É por isso que a Petrobras vai e adquire refinaria na Bolívia, adquire refinaria na Argentina e procura refinaria nos Estados Unidos, na Europa, no Japão. Isso acontece em 1998, em 1999, em 2000, em 2001, em 2002, sob o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E adapta, o Conselho de Administração da Petrobras adapta estratégia àquela realidade de um mercado que não crescia. Portanto, aponta que a estratégia da Petrobras é buscar refino no exterior.

A produção de petróleo, no entanto, enfrentava dificuldades do ponto de vista financeiro. Em 1998 e 1999, aí não me recordo exatamente o ano – 1997, 1998, 1999 –, se cria uma estrutura financeira chamada Consórcio Marlim. Esse Consórcio Marlim era uma maneira de atrair investidores financeiros que quisessem investir no desenvolvimento da produção de petróleo no Brasil para produzir petróleo Marlim, petróleo pesado, na Bacia de Campos.

Como os investidores estrangeiros e como os investidores nacionais estavam entrando numa produção de petróleo que não tinha mercado internacional, porque o Marlim era um petróleo recentemente produzido, portanto, não era um petróleo conhecido no mercado internacional, esses investidores pedem uma garantia especial para que, ao investir, tivessem certa garantia do retorno que teriam. É a origem, portanto, central da famosa cláusula Marlim. A famosa cláusula Marlim, portanto, o conceito da cláusula Marlim começa em 1998, 1999, no Consórcio Marlim, que foi uma estrutura financeira para viabilizar a atração de capitais internacionais para financiar a expansão da produção de petróleo em Marlim.

Ao mesmo tempo, o Governo, em 1998, 1999, 2000, 2001, vende ações da Petrobras na Bolsa de Nova York. Ao vender essas ações na Bolsa de Nova York, não são ações que a Petrobras vende. Quem vende essas ações, em 1998 e 1999, é o



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Governo. Portanto, a arrecadação das receitas das ações vendidas em 1998, 1999 não vem para a Petrobras, mas alimenta o caixa do Governo Federal em 1998, 1999, 2000. Portanto, essa estrutura de vendas de ações da Petrobras na Bolsa de Nova York introduz a Petrobras na Bolsa de Nova York, no entanto não traz receita para a Petrobras, diferentemente da capitalização ocorrida em 2009, 2010, quando foram vendidas ações da Petrobras e o retorno veio para a Petrobras, e não para o Governo Federal, em 2009, 2010. Estou comparando aqui as vendas das ações em 2000, na década de 90 e 2000, com as ações em 2009.

Consequentemente, a Petrobras está nessa situação de dificuldade financeira, faz a viabilização em Marlim, investe em Marlim e faz Marlim crescer. Aí vai olhar os Estados Unidos. Ao olhar os Estados Unidos, o que nós vemos é um mercado crescente. O mercado de consumo de derivados nos Estados Unidos está bombando nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. Portanto, é um mercado em crescimento. Não somente é um mercado em crescimento em gasolina, mas é um mercado em crescimento na demanda de petróleo pesado. Os Estados Unidos vinham comprando petróleo pesado do México, da Venezuela, do Canadá e estava ávido por petróleo pesado.

As refinarias americanas, que são dezenas ou centenas de refinarias, muitas pequenas, muitas grandes, são refinarias que estavam passando por um processo, na década de 80, de alta densidade de investimentos na mudança da capacidade de ela processar petróleo mais pesado. Portanto, aquelas refinarias que não processavam petróleo pesado eram refinarias que estavam mais baratas.

O Conselho de Administração da Petrobras, portanto, ao analisar esse quadro em 2005, em 2004, em 2006, já, portanto, sob a direção do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, avalia, mantendo a mesma estratégia do Conselho de Administração de antes, que era uma boa oportunidade de adquirir a refinaria de Pasadena, porque era uma refinaria que estava extremamente bem localizada no Golfo do México, na entrada do Golfo do México, conectada às redes de gasoduto e oleodutos que levavam o produto dela para o nordeste americano, para o mercado de Nova York, viabilizando, portanto, a entrada de produtos derivados de petróleo no melhor mercado do mundo, que é o mercado do leste americano.

E era, também, uma refinaria que estava barata. Não é que estava cara, estava barata, porque ela foi comprada e os primeiros 50% equivalentes a menos da metade do preço médio das refinarias por barril de destilação, na época. Portanto, você tem um negócio que é aderente estrategicamente, que era um negócio a preços adequados e que, portanto, na medida em que o mercado continuasse crescendo, na medida em que você continuasse com a diferença entre petróleo leve e pesado de tal maneira que valesse a pena comprar petróleo pesado para produzir os derivados e, portanto, ganhar a diferença, você teria uma refinaria que daria, com certeza, um retorno bastante elevado para a Petrobras.

Essa foi a motivação e a condição estratégica para a decisão para a compra de Pasadena. Isso ocorre em 2005 – depois das perguntas eu posso detalhar todos os processos. Mas, durante 2005, se fazem as negociações. Ao final de 2005, a Petrobras anuncia ao mercado que tinha assinado memorando de entendimento para



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

fazer essa aquisição. Essa aquisição se conclui em setembro de 2006, e nós, portanto, assumimos 50% da refinaria em setembro de 2006.

A partir da aquisição dessa refinaria, em setembro de 2006, começamos, em 2007, a ter problemas com o nosso sócio. Temos problemas na escolha da engenharia e na forma da engenharia para a expansão da refinaria, temos problemas na concepção e na importância dos investimentos para segurança e meio ambiente, temos problemas na maneira de gerenciar a refinaria, temos, portanto, vários problemas. E, durante 2007, nós passamos por um processo de intensas disputas internas, de negociações, de decisão que teríamos que fazer o divórcio, que tínhamos que separar e, portanto, passamos o ano de 2007 em conflitos de negociação.

Chegamos ao início de 2008 com a proposta da Diretoria ao Conselho para adquirir os outros 50% de Pasadena. O Conselho de Administração faz a sua avaliação, em fevereiro de 2008, e considera que essa aquisição dos 50% não deveria ser feito. Portanto, remete à Diretoria a solução operacional de como enfrentar a situação da existência de uma associação com uma empresa em que você não pode mais conviver por diferenças e processos operacionais.

A Petrobras, portanto, em junho de 2008, entra em um processo de arbitragem contra o sócio, de acordo com as regras do contrato. Em julho de 2008, a Astra entra na ação judicial contra a Petrobras. Essa disputa judicial arbitral dura 2008, 2009, 2010, 2011, 2012. Foram seis ações judiciais e um processo arbitral com uma complexidade bastante grande, portanto, basicamente de disputa nesse período. Concluiu-se isso em março de 2012. E em março de 2012, portanto, se adquire completamente a refinaria.

No final das contas, esse negócio é um negócio bom, ou um negócio ruim, ou um negócio que muda? É um negócio que muda. Ele era bom no momento em que foi adquirido; a partir de 2008, ele se torna um mau negócio, porque ele reflete a mudança que ocorreu no mundo com a crise financeira de 2008, ele reflete uma mudança que ocorreu no mercado de petróleo, com a descoberta da Shell Oil & Gas nos Estados Unidos, que revoluciona o mercado de petróleo nos Estados Unidos e torna o petróleo leve extremamente disponível e, portanto, reverte completamente essa vantagem que se tinha no passado. E ela, portanto, passa por uma situação de dificuldades entre 2008 a 2012. A partir de 2013, ela volta a ser um bom negócio.

Em 2014, ela é um empresa lucrativa. Em 2014 ela é lucrativa! Por quê? Porque tem petróleo disponível no Texas a preço barato, leve, que pode ser processado em Pasadena, e Pasadena, portanto, pode, vendendo derivados no mercado americano, ter uma margem em torno de US\$30 a US\$40 por barril, e ela tem capacidade de produzir 100 mil barris por dia. Cem mil barris por dia, 300 dias por ano, são 30 milhões de barris; 30 milhões de barris a US\$100 são US\$3 bilhões de processamento de petróleo por ano. Se ela tiver uma margem de 10% disso, são US\$100 milhões de lucro por ano. Portanto, é uma refinaria potencialmente muito lucrativa.

Além disso, pelo efeito dos investimentos que a Petrobras fez em Pasadena, semana passada, na quinta-feira, a refinaria de Pasadena foi premiada nos Estados Unidos como a melhor refinaria dos Estados Unidos em segurança do trabalho, em condições ambientais. Foi premiada pelos refinadores americanos, a associação de refinadores e de petroquímicos dos Estados Unidos. Na quinta-feira passada, houve esse



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

reconhecimento sobre a refinaria de Pasadena. Portanto, era um negócio que era bom, passou momentos ruins e agora, de novo, voltou a ser um bom negócio, como todos os negócios.

Para encerrar, Ex^{mo} Presidente, a Petrobras é uma empresa, hoje, que tem 21 bilhões de barris de reserva nas suas contas. Ela vale, no mercado, US\$90 bilhões. Dividindo por 21 bilhões de barris de reserva, significa que cada barril de reserva da Petrobras vale US\$4,2. Então, ao comprar ações da Petrobras, você está comprando um barril de reserva de petróleo a US\$4,2 por barril. E leva, de graça, 2 milhões de barris de capacidade de refino por dia; leva, de graça, 14 mil quilômetros de gasodutos e oleodutos; leva, de graça, uma frota de mais de 230 navios; leva, de graça, a maior estrutura de tecnologia de pesquisa e desenvolvimento na área de águas profundas do mundo; leva, de graça, mais de 7,5 mil megawatts de geração de capacidade elétrica; leva, de graça, a maior produtora brasileira de biodiesel; leva, de graça, a terceira maior produtora brasileira de etanol; leva, de graça, a empresa que tem mais condições de crescer na produção de nitrogenados e fertilizantes no País; leva, de graça, 70 mil trabalhadores qualificados, treinados, sendo mais da metade com menos de dez anos de companhia.

Então, essa empresa, com esse potencial, não pode ser considerada uma empresa que está em crise, não pode ser considerada uma empresa que está mal gerida, nem pode ser considerada uma empresa que está à beira de falência. Isso é campanha de oposição. Isso é luta política.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Essas foram as exposições iniciais do Dr. Sérgio Gabrielli.

Vamos passar agora a palavra aos Srs. Parlamentares, com preferência ao Sr. Relator, José Pimentel, para as arguições.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sr. Vice-Presidente, Senador Antonio Carlos Rodrigues, nossa Senadora Vanessa, nossos Senadores, nossos Deputados, Sr. Sérgio Gabrielli, vou fazer aqui um conjunto de perguntas. Eu acredito, Sr. Presidente, que na proporção em que eu vou fazendo as perguntas, eu já abriria o espaço para que, por ser um número significativo...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Como no programa de trabalho nós temos quatro eixos, V. Ex^a seguiria...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sim. Vou seguir um pouco essa sequência. Tudo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ao concluir o primeiro eixo das suas perguntas, o Dr. Gabrielli responderia. No segundo eixo, faria também as mesmas coisas. Vamos transformar em blocos as suas perguntas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Então eu vou, Sr. Presidente, passar para o nosso depoente os quesitos, porque são vários, para que ele possa não ter que repetir...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor anuncia os quesitos e depois faz as perguntas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Está bom.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Quanto ao primeiro eixo – refinaria de Pasadena –, Sr. Presidente.

Sr. Sérgio Gabrielli, o que despertou – está na página cinco – o interesse da Petrobras pela refinaria de Pasadena? É a primeira pergunta.

Segunda: quando começaram as negociações entre a Petrobras e a Astra?

3) A negociação foi conduzida pela subsidiária da Petrobras nos Estados Unidos – a chamada Petrobras América –, isso está correto?

4) Qual foi o executivo da Petrobras que iniciou essas negociações?

5) Na condição de Presidente da Petrobras, V. S^a participou das negociações iniciais?

6) Quando V. S^a foi informado e passou a integrar as negociações para compra de Pasadena?

7) Qual foi o executivo da Petrobras que redigiu o memorando de entendimento que a Petrobras assinou com a Astra e que resultou na compra da refinaria de Pasadena?

Quanto às consultorias:

8) Ao que tudo indica a Petrobras contratou diversas empresas de consultoria para auxiliar a Petrobras na compra de Pasadena. Essa informação é correta?

A empresa Deloitte & Touche LLP foi contratada? Qual foi o parecer da Deloitte?

A empresa Muse Stancil foi contratada? Qual foi o parecer da Muse?

A empresa Thompson foi contratada? Qual foi o seu parecer?

O Citigroup foi contratado? Qual foi o seu parecer?

Então, em resumo, qual foi o parecer das consultorias?

Sobre a reunião do Conselho de Administração em 2006:

Após a decisão de comprar Pasadena, quanto tempo demorou para a proposta ser submetida ao Conselho de Administração da Petrobras?

Quem ficou encarregado de preparar a documentação referente à compra de Pasadena a ser apresentada ao Conselho de Administração?

Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra de Pasadena?

Há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo. Quem ficou encarregado de elaborar esse sumário?

O que constava desse sumário executivo?

Há notícias de que as cláusulas contratuais Marlim e Opção de Compra não constaram do sumário executivo. Isso é correto?

Qual a importância dessas cláusulas para uma negociação com a de Pasadena?

Quem ficou encarregado de defender a proposta junto ao Conselho de Administração?

Antes, um preâmbulo porque por se tratar de matéria de imprensa, Sr. Presidente, eu vou ler o trecho para poder formular a pergunta.

Em resposta ao jornal *Estado de S. Paulo*, em 19 de março de 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República afirmou:

A aquisição pela Petrobras de 50% das ações da refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho de Administração, em



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

03/02/2006, com base em resumo executivo elaborado pelo Diretor da Área Internacional. Posteriormente, soube-se que tal resumo era técnica e juridicamente falso, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e Opção de Compra, que integravam o contrato, que, se conhecidas, seguramente, não seriam aprovadas pelo Conselho.

Essa é a nota.

V. S^a acredita que, se o sumário executivo contivesse as cláusulas Marlim e Opção de Compra, a compra de Pasadena seria rejeitada?

O senhor se considera responsável pelo sumário executivo entregue ao Conselho de Administração da Petrobras?

Em 20 de abril de 2014, o jornal *Estado de S. Paulo* perguntou "se V. S^a se considera responsável pelo relatório entregue ao Conselho de Administração da Petrobras antes da compra da refinaria de Pasadena." A resposta de V. S^a teria sido a seguinte:

Eu sou responsável, eu era o Presidente da empresa e não posso fugir da minha responsabilidade, do mesmo jeito que a Presidenta Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que era a Presidente do Conselho. Nós somos responsáveis pelas nossas decisões, mas é legítimo que ela tenha dúvidas.

V. S^a considera a Presidenta Dilma responsável pela compra da Refinaria de Pasadena?

Sobre o contrato de compra de Pasadena:

As empresas de consultoria ouvidas pela Petrobras relativamente à compra de Pasadena tiveram acesso a todos os termos da negociação, tiveram acesso à minuta do contrato? As cláusulas do contrato de compra de Pasadena eram adequadas para negociações como aquela? V. S^a não considera leoninas, prejudiciais aos interesses da Petrobras e de seus acionistas, entre os quais a União, as cláusulas do contrato de compra de Pasadena? Numa negociação, as cláusulas variam em função dos interesses do comprador. Por que todo esse interesse em Pasadena? Não havia na época outras refinarias com capacidade de refino e demais características das de Pasadena que pudessem ser adquiridas em condições mais vantajosas?

Sobre a gestão de Pasadena:

Após a assinatura do contrato de compra, como ficou a administração de Pasadena? Foi constituída uma empresa para administrar a Refinaria de Pasadena? Quem presidiu essa empresa? A PRSI, que é Pasadena após a aquisição, como muito bem V. S^a já expôs na fase primeira, contava com um Conselho de Administração? Quem integrava esse Conselho? Em que data a Petrobras assume o controle, de fato, da Refinaria de Pasadena? Qual era a capacidade operacional de Pasadena? Qual era o faturamento? Nos primeiros meses de operação, o retorno financeiro de Pasadena era o esperado?

Sobre as divergências entre a Petrobras e a Astra:



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Há notícias de que a Petrobras divergiu da Astra no que tange à Refinaria de Pasadena. Essa informação é correta? Qual era o motivo da divergência? Nesse tipo de negociação, essas divergências são comuns? Quando as divergências apareceram, de quem partiu a ideia de que a Petrobras adquirisse os 50% remanescentes de Pasadena?

Sobre a reunião do Conselho de Administração em 2008, que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes:

Em que contexto se deu a reunião do Conselho de Administração em 2008, que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes de Pasadena? Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra dos 50% remanescentes? Há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo dos 50% remanescentes. Quem ficou encarregado de elaborar esse sumário? O que constava desse sumário executivo? V. S^a lembra? O segundo sumário executivo informava todas as consequências contratuais da rejeição da compra dos 50% remanescentes? Por que o Conselho de Administração resolveu rejeitar a proposta de compra dos 50% remanescentes?

Sobre a arbitragem e o ajuizamento internacional:

Como se deu o início da arbitragem internacional envolvendo a compra do restante de Pasadena? Quem provocou a arbitragem? Quem foi o árbitro escolhido? V. S^a pode nos subsidiar sobre como funcionam esses processos de arbitragem internacionais? Quem defendeu a Petrobras na arbitragem? Foi contratada uma banca de advogados. V. S^a pode adiantar mais dados sobre esse processo? Considerando a jurisprudência da arbitragem internacional, a decisão sobre Pasadena não seria previsível? De quem partiu a decisão de ajuizar a ação para questionar a decisão arbitral? Ela partiu do Conselho de Administração? A ação judicial questionou a legalidade da cláusula Marlim e a opção de compra presentes no contrato assinado entre a Petrobras e a Astra por serem consideradas leoninas? Qual foi a decisão da Justiça dos Estados Unidos? V. S^a considera acertada a decisão de ajuizar o tema?

Sobre o Conselho de Administração:

V. S^a já não era mais da Petrobras em 2012, mas pode nos subsidiar com alguns dados sobre o que nós vamos perguntar? Isso está também envolvido... Primeiro, sobre o Conselho de Administração de 2012: V. S^a não era mais membro, mas fique à vontade sobre essa pergunta.

Em 13/06/2012, o Conselho de Administração aprovou a aquisição pela Petrobras das ações remanescentes da Refinaria de Pasadena, ao ser cumprido o laudo arbitral proferido pela Câmara Internacional de Arbitragem de Nova York e confirmado por decisão das cortes superiores do Texas. Apesar de não ser mais presidente da empresa, V. S^a, dessa decisão, tomou conhecimento. Qual a vossa opinião sobre esse episódio?

Sobre a questão ambiental em Pasadena:

Há notícias de que Pasadena possui um passivo ambiental, o que teria motivado uma ação da promotoria do Texas contra a refinaria. V. S^a tem conhecimento sobre essa questão?

Sobre o custo total de Pasadena:



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Qual o valor total dos investimentos realizados pela Petrobras em Pasadena? V. S^a, na parte primeira, já fez referência e nós pediríamos um pouco mais de detalhamento.

Considerando o que se pagou pelos ativos e estoques e o que foi investido, qual o montante total despendido pela Petrobras com Pasadena?

Pasadena hoje:

V. S^a também já adiantou um pouco sobre a recuperação dos mercados. V. S^a tem conhecimento da situação de Pasadena hoje? A refinaria tem dado lucro? Considerando a conjuntura internacional do petróleo, V. S^a acredita que a Petrobras recuperará os valores despendidos com Pasadena?

Sobre a participação do Sr. Paulo Roberto Costa naquele conselho que acompanha Pasadena:

Qual a participação do Sr. Paulo Roberto Costa nas negociações envolvendo a Refinaria de Pasadena?

Em entrevista ao jornal *O Globo* de 23/06, a atual Presidenta da Petrobras, Graça Foster, disse que ficou surpresa ao descobrir que existia uma comitê de proprietários de Pasadena e que a Petrobras era representada, nesse grupo, pelo ex-diretor Paulo Roberto Costa, preso pela Polícia Federal e pela Justiça Federal até ontem. V. S^a sabia desse comitê? Quem compunha esse comitê? É verdade que o grupo reunia integrantes da Petrobras e da Astra? Quem eram os representantes da Petrobras? O comitê estaria acima do Conselho de Administração da Refinaria de Pasadena, a PRSI? Essa informação é procedente?

Portanto, Sr. Presidente, no bloco primeiro sobre Pasadena, seria esse o conjunto de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Sr. Relator, que elaborou, com justificada fama de estudioso e competente, o Senador Pimentel, que se esmera, se aperfeiçoa em todas as causas que abraça, por isso, estaremos acostumados a, daqui para frente, ter múltiplas questões envolvendo um assunto complexo e que precisa ser esclarecido na forma constitutiva desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Primeiro bloco. Encerradas as arguições do Sr. Relator, passo a palavra ao Dr. Gabrielli para as suas respostas.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – O que despertou interesse da Petrobras pela Refinaria de Pasadena? Eu mencionei que a busca de refino no exterior era uma estratégia que vinha de 1998, era uma estratégia em função de nós não termos capacidade nem possibilidade de crescer o refino no Brasil, naquela época – não é a realidade hoje, ao contrário. No Brasil hoje, cresce o refino a ritmos bastante altos, porque o mercado brasileiro cresce muito. Em 98, não crescia, e foi quando tomou a primeira decisão a Petrobras. E, em 2005, havia a possibilidade, portanto, de uma oportunidade que aparece de uma refinaria extremamente bem localizada que estava com um preço atraente. Então, o interesse de Pasadena é um interesse estratégico, adequado à realidade do Brasil à realidade do mercado de petróleo dos Estados Unidos na época.

Quando começaram as negociações entre Petrobras e Astra?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Essas negociações começaram em 2005, no início de 2005. O processo de negociações numa empresa tipo Petrobras começa no âmbito das gerências. No âmbito das gerências, sempre há as primeiras reuniões, você estabelece algumas regras, primeiro, de acordo das confidencialidades, chamadas, você faz as primeiras visitas técnicas, você faz as primeiras diligências, você contrata algumas consultorias para analisar determinados tipos de negócio. Isso ocorreu durante o ano de 2005 inteiro. Em setembro de 2005, a Petrobras comunica ao mercado que assinou o memorando de entendimentos com a Astra para aquisição da refinaria e da comercializadora. É importante chamar a atenção dos senhores de que a Petrobras não adquiriu apenas uma refinadora; adquiriu uma refinadora e uma empresa de comercialização.

Eu queria explicar isso com um pouquinho mais de detalhes. A maior parte dos refinadores americanos, até finais da década de 80, 90, eu diria, eram basicamente refinadores. Você compra o petróleo, processa o petróleo e vende o derivado. Com a expansão do mercado financeiro, que veio da crise em 2008, com as operações chamadas derivativos financeiros, no final da década de 90, no início dos anos 2000, as operações de compra e venda de petróleo e as operações de compra e venda de derivados passaram a ser operações ao longo do tempo, o que permitia que os investidores financeiros pudessem ganhar com variações de contratos no tempo. O que acontece nos anos 2000, portanto, é uma aproximação de comercializadores, que são especialistas nessas operações de compra e venda, hoje e no futuro, com os refinadores, que são quem processa e produz derivados.

Adquirir a refinaria junto com a comercializadora era uma opção, àquela época, positiva para aumentar a rentabilidade da refinaria não somente no processamento do petróleo, mas também nas atividades de compra de derivados e de petróleo, com especialistas e com empresas que já estavam no setor. Então, pensa-se em comprar as duas empresas, não uma empresa única.

A negociação foi conduzida pela subsidiária da Petrobras nos Estados Unidos? Não, a negociação foi conduzida pela Diretoria Internacional, num primeiro momento, do Brasil, que é quem assume a responsabilidade pelas ações da Petrobras no exterior. Portanto, as negociações foram feitas pela Diretoria Internacional no Brasil, num determinado momento, autorizada pela Diretoria a fazer uma proposta não condicionante e, finalmente, autorizada pelo Conselho a fazer uma proposta condicionante, em setembro, que, em fevereiro de 2006, se conclui. E que, em setembro de 2006, se fecham os contratos. Então, a negociação ocorre durante o ano de 2005 e durante o ano de 2006. Portanto, não é verdade que essa operação tenha sido uma operação feita a toque de caixa, não é verdade que essa operação tenha sido feita por algumas pessoas somente.

Na condição de Presidente da Petrobras, V. S^a participou das negociações iniciais? Não, não participei, porque não compete ao Presidente da Petrobras participar das negociações iniciais, e, sim, ao que ocorre no âmbito das diretorias. Portanto, só posteriormente, na fase de conclusão, é que você – não participa das negociações – participa do processo decisório sobre a decisão final.

Quando V. S^a foi informado e passou a integrar as negociações para a compra de Pasadena? Eu não passei a integrar as negociações para compra, não



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

participei das negociações para compra, mas participei dos processos decisórios internos da Petrobras.

Qual foi o executivo da Petrobras que redigiu o memorando de entendimento? Existem alguns memorandos de entendimento ao longo do tempo. Acredito que o primeiro memorando de entendimento deve ter sido assinado pelo Gerente Executivo que estava cuidando dessa operação, depois teve o memorando assinado pelo Diretor Nestor. Basicamente é isso. O documento aprovado pela Diretoria e remetido ao Conselho para virar um documento chamado *binding*, um documento condicionante, foi assinado, provavelmente, pelo Diretor Nestor.

O memorando já visava à compra de Pasadena ou tinha outro objetivo? Não, o memorando visava a compra de 50% de Pasadena e 50% da comercializadora. Não era a compra de 100%. Era a compra de 50%. Ao que tudo indica, a Petrobras contratou diversas empresas de consultoria para auxiliar a Petrobras.

É verdade. A Petrobras contratou a Deloitte; no processo de compra, da primeira parte, a Deloitte faz uma consultoria no âmbito das questões financeiras e tributárias. Contratou a Muse Stancil, que é uma consultoria especializada em condições de refino – portanto, as condições físicas do *hardware*, do equipamento e da estrutura da refinaria. Contratou a Thompson & Knight, que é uma banca de advogados, um grande escritório de advocacia dos Estados Unidos. Contratou o Citigroup para fazer a avaliação sobre se a oferta final estava justa, a valor de mercado. Portanto, é verdade que houve essas contratações.

Eu não posso dizer, porque não sei, o valor dos contratos que os senhores estão me perguntando. Na Diretoria da Petrobras, o volume de contratos que chegam à Diretoria da Petrobras são de valores provavelmente acima do que foram esses contratos que foram assinados no âmbito da Diretoria, no âmbito do Diretor, porque são contratos abaixo do limite de competência da Diretoria. Portanto, dentro do limite de competência do Diretor, simplesmente não sei qual é esse valor, porque não chegou à Diretoria esse tipo de contrato. Para a Diretoria da Petrobras, na época, se não me engano, só chegavam contratos acima de R\$32 milhões. O que é abaixo de R\$32 milhões não chega à Diretoria da Petrobras. A Petrobras é uma empresa grande. É uma empresa bastante grande. Os senhores sabem que o investimento da Petrobras hoje é de US\$45 bilhões por ano. Quarenta e cinco bilhões de dólares por ano. A Petrobras hoje representa grande parte, parte significativa, como empresa sozinha, da formação bruta de capital fixo do Brasil. Portanto, é um conjunto de decisões... A Diretoria da Petrobras toma 1.500 decisões, 1.600 decisões por ano! De 30 a 50 decisões por semana! Então, é um trabalho intenso, e não se pode chegar a detalhes de contratos – os de US\$1 milhão, US\$2 milhões não chegam à Diretoria da Petrobras. Portanto, infelizmente, eu não tenho como responder sobre os valores que os senhores estão me perguntando aqui.

Reunião do Conselho de Administração. Compra dos primeiros 50%. Em que momento a Diretoria da Petrobras decidiu pela compra de Pasadena?

Se eu não me engano, essa decisão foi em setembro de 2006... Setembro de 2005. A Diretoria, em setembro de 2005, decide fazer uma proposta não condicionante, submetida à aprovação futura do Conselho de Administração. Setembro de 2005. Isso vai a Conselho de Administração em fevereiro, março de 2006, e se conclui em setembro de 2006. Esse é o período de aquisição dessa refinaria.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

A avaliação jurídico-financeira de Pasadena durou quanto tempo?

Houve vários momentos, ao longo desse tempo, de avaliações jurídicas e financeiras – em diferentes momentos – que ocorreram na refinaria.

Após a decisão de comprar Pasadena, quanto tempo demorou para a proposta ser submetida ao Conselho de Administração?

Como eu disse, a Diretoria faz uma proposta não condicionante em novembro de 2005; isso vai a Conselho em fevereiro ou março de 2006, mas as negociações já tinham começado desde o primeiro trimestre de 2005.

Em 2006, quais eram os membros do Conselho de Administração da Petrobras?

Eu não sei se eu consigo me lembrar de todos, mas o Conselho de Administração, em 2006, era: o Ministro Palocci, a Ministra Dilma, o General Gleuber; Fábio Barbosa, representando, na época... representando não: na época, ele era do Santander – aliás, do Real; o Dr. Jorge Gerdau, o Cláudio Hadad, eu – são nove; não sei se eu disse os nove. Tenho a impressão de que eu disse sete. O General Glauber, o Fábio Barbosa, o Jorge Gerdau, o Palocci, a Dilma, eu... Deixe-me tentar ver se... O Cláudio Hadad e o Arthur Sendas, o Dr. Arthur Sendas, que já esta falecido – e o Ministro Wagner.

Quem ficou encarregado de preparar a documentação referente à compra de Pasadena a ser apresentado no Conselho de Administração? A Diretoria Internacional, que era a responsável pelo negócio.

Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra de Pasadena? O Conselho de Administração da Petrobras, historicamente – portanto, se eu não me engano, desde a década de 90 –, toma decisões com base em sumário executivo; ele não toma decisões com base nos documentos totais existentes, porque são processos muito grandes. Não haveria condições de o Conselho apreciar, uma vez que a competência do Conselho, como eu disse, é tomar as decisões estratégicas, não é tomar as decisões operacionais.

No entanto, esses documentos só chegam ao Conselho de Administração depois de passar por aprovação da Diretoria Executiva, que é uma aprovação colegiada, depois de passar pela avaliação da diretoria específica daquele negócio, depois de passar por crivos vários das diversas áreas da companhia, do jurídico, do financeiro, do contábil, da engenharia, das gerências especializadas no negócio; só depois desse processo todo, instruído, que fica documentado, esse processo vai ao Conselho. Portanto, não é um papel debaixo do braço que você leva e vota em função das decisões internas do Conselho. É um processo que é documentado, é procedimentado, ele é registrado. Mas, de fato, as decisões do Conselho são com base em sumários executivos e não na íntegra dos documentos.

Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos? Evidentemente que não; receberam o sumário executivo da compra.

Há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo. É verdade, mas não é só neste caso. Todas as decisões do Conselho são decisões tomadas com base em sumários executivos. As decisões são colegiadas. Evidentemente que o Presidente do Conselho tem um papel especial, mas as decisões são discutidas, são amplamente discutidas e, geralmente, a amplíssima maioria das



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

decisões do Conselho são decisões unânimes – são decisões unânimes; não são decisões, portanto, com voto contra e voto a favor. Em geral, são decisões unânimes, quando os conselheiros se convencem.

É bom lembrar que os membros do Conselho de Administração em uma sociedade anônima são representantes individuais, respondem como pessoas físicas; não respondem como pessoas jurídicas, respondem como pessoas físicas.

O que constava do sumário executivo? A lógica fundamental da estratégia de compra dos 50% da refinaria, mostrando que ela era aderente à estratégia, mostrando que ela era barata a preço de mercado e mostrando que ela tinha retorno positivo, portanto, cumprindo as três questões fundamentais que um Conselho de Administração tem que responder.

Há notícias de que as cláusulas contratuais Marlim e Put Option não constaram do sumário executivo. Isso é verdade. Essas duas cláusulas não constaram do sumário executivo.

A cláusula Marlim – é bom chamar a atenção –, como eu disse, a origem conceitual dessa cláusula Marlim vem das experiências da Petrobras, na década de 90, de tentar, no mercado financeiro, viabilizar atração de investidores que estavam investindo em um petróleo desconhecido no mercado e que queriam uma margem para receber, colocar o dinheiro deles nesse negócio.

No caso de Pasadena, a Petrobras tinha o direito de impor os investimentos pelos contratos iniciais, mesmo tendo 50% da refinaria. A Petrobras tinha direito de colocar 70% do petróleo Marlim na refinaria e investia só 50% sobre o valor da refinaria. Então, o sócio disse: "Olha, você vai botar petróleo Marlim; eu não conheço esse petróleo bem; não sei qual é o preço desse petróleo, porque ele não é um petróleo tipo um petróleo Brent ou um petróleo WTI, que são petróleos conhecidos, com preços conhecidos. Portanto, eu quero garantia de que eu possa ter rentabilidade com esse petróleo, já que você vai garantir a sua produção de petróleo na refinaria".

Então, foi uma cláusula para garantir simetria de direitos entre os sócios.

Essa, cláusula, portanto, implicitamente implicava um desconto do preço do petróleo Marlim em relação ao Brent, que é o preço referência que se tem do preço do petróleo do Brasil. Essa diferença era, mais ou menos, calculada em torno de US\$3,5 por barril de diferença, que garantiria essa cláusula ser aplicada. Se a diferença de Marlim com Brent fosse mais de 3,5, você garantia 3,5. Com isso, haveria a garantia de rentabilidade para o investidor.

No entanto, nesse período, duas coisas aconteceram. Primeiro, as diferenças entre Brent e Marlim nunca foram menores do que dez, ficaram em torno de dez. Portanto, a cláusula não seria nunca aplicada. Segundo, ela só se aplicaria se houvesse o investimento, que não ocorreu. Portanto, é uma cláusula inócua. Uma cláusula que nunca foi aplicada e nem seria aplicada na conjuntura que tivemos até agora.

A cláusula Put é essencialmente uma cláusula de saída, é a definição de direito de saída. Eu vou ser seu sócio, 50% é meu, 50% é seu. Se eu brigar, como eu saio? Ou seja, eu faço um acordo pré-nupcial de como vai ser o divórcio. Essencialmente a cláusula Put é uma cláusula de saída. Eu tenho direito de vender em certas circunstâncias a um preço cuja regra eu defino anteriormente. Então, se não der



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

certo, eu tenho direito a sair. É uma cláusula relativamente comum em operações em que a sociedade é de 50%x50%. Portanto, não há como decidir claramente como se dá a solução dos conflitos e, portanto, é uma cláusula que, em negócios de grandes empresas com equidade de participações, você tem regras para a saída de quem está insatisfeito.

Essencialmente isso que é a cláusula Put.

V. Ex^a, como Presidente da Petrobras, sabia da existência dessa cláusula?

A cláusula Put, eu sabia. A Cláusula Marlim eu comecei a saber na medida em que entramos no detalhe, no âmbito da diretoria, na preparação do projeto de Revamp, que é o projeto de expansão da refinaria.

Deixe-me explicar um pouco sobre isso.

Em 2005, como eu disse, a Diretoria, em agosto e setembro de 2005, debateu a aquisição de Pasadena no âmbito da Diretoria Executiva da Petrobras – agosto e setembro de 2005. Em 16 de novembro de 2005, a Petrobras publica um fato relevante, portanto, ao mercado, em 16 de novembro de 2005, anunciando o memorando de entendimento para adquirir. Nesse período, portanto, durante o segundo semestre de 2005, há discussões na Diretoria sobre Pasadena, sobre a aquisição de Pasadena, sobre a estratégia, sobre a significância, sobre se é bom ou não, se vale a pena ou não, se o preço está adequado ou não. Os engenheiros fazem a avaliação se podemos recuperar ou não, aquela situação em que estava a refinaria, a avaliação se o mercado é um mercado bom ou é ruim, quais são as perspectivas do mercado. Então, eram discussões típicas, normais de negócios de discussões técnicas sobre o negócio.

Em 2006, no dia 2 de fevereiro, a Diretoria aprova a proposta. E, no dia 3 de fevereiro, envia ao Conselho de Administração, que aprova a proposta de aquisição. Então, estamos aí em fevereiro de 2006. Entre fevereiro de 2006 e setembro de 2006, há uma série de documentos formais, que têm que ser garantidos. Portanto, foram: fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, oito meses. Documentos junto ao governo americano, documentos junto aos órgãos reguladores, documentos legais, documentos tributários, documentos financeiros, audiências, vários processos que ocorrem até setembro de 2006.

Em setembro de 2006, adquirimos a refinaria, 50% da refinaria. Entramos na refinaria e começamos a discutir o projeto de expansão. O que é que significa o projeto de expansão? Nós tínhamos duas decisões a tomar em setembro e outubro de 2006. A primeira decisão era: nós vamos simplesmente melhorar a capacidade de a refinaria produzir, processar petróleo pesado Marlin e manter a produção de 100 mil, usando 70 mil barris de Marlim, 70% de Marlim? Se fizessemos isso, a refinaria daria um retorno àquela época, uma taxa interna de retorno de 7,5%. Portanto, um retorno adequado para uma refinaria. Porém, se, ao invés de 100 mil barris, fôssemos para 200 mil barris; portanto, ao invés de usar 70 mil barris Marlim, usássemos 140 mil barris Marlim, o investimento aumentaria de 1,5 bilhões – o investimento no Revamp, o investimento no investimento, o investimento na expansão da refinaria e na qualificação da refinaria aumentaria – de 1,3 ou 1,4, se não me engano, para 2,3. Aumentaria, portanto, o investimento, mas a taxa de retorno seria 18%.

Então, para a Petrobras, naquele momento, era mais interessante ir para 200 mil barris, processando 140 mil barris Marlim, porque a taxa de retorno seria muito maior. Então, esta discussão ocorre em setembro, outubro, novembro. Portanto, nesse



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

momento, a cláusula Marlim torna-se relevante. Por que se torna relevante? Porque a cláusula Marlim, portanto, aplica-se ou a 100 mil barris ou a 200 mil barris? A nossa interpretação naquele momento era a que a cláusula Marlim só se aplicaria aos 100 mil barris primeiros e não aos 100 segundos. Portanto, havia uma divergência ali, nossa, entre nós e o sócio. Isto dois dias depois – sei lá –, imediatamente depois, na lua de mel ainda, quando teve o casamento, que foi em setembro de 2006. Neste momento nós passamos a ter conhecimento da cláusula Marlim, que não era relevante no primeiro momento, mas aí, à medida que se começa a discutir o investimento, ela se torna relevante.

Em 2006, portanto, este fenômeno começa a existir.

O ano de 2007 é um ano de conflito entre nós e o sócio; é um ano de briga; é um ano em que não dá para viver mais junto; não dá para ficar; vamos nos divorciar; não dá para continuar mais juntos; é melhor separar; vamos ver quais são as condições, para separar; quem vai ficar com os bens, quem não vai; quem vai cuidar das crianças. Foi um divórcio litigioso – um divórcio litigioso! – que ocorreu durante todo o ano de 2007.

Então, em que pergunta estou agora? Trinta e sete: na reunião que se decidiu a compra, houve debates? Houve debates, não houve votação – houve debates –, como em toda reunião do Conselho há, mas não houve votação.

Em resposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*: a Secretaria de Comunicação Social da Presidência afirmou que a aquisição pela Petrobras de 50% das ações da refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho. Qual é a opinião de V. S^a sobre a afirmação de que, se as cláusulas fossem conhecidas, não seriam aprovadas pelo Conselho?

A Presidente Dilma é uma profissional de extrema competência, é uma gerente de extrema competência, é uma pessoa de opiniões muito firmes, é uma pessoa com uma alta sensibilidade sobre as questões empresarias e sociais. Portanto, ela tem posições muito firmes. Porém, as decisões do Conselho são decisões colegiadas. Se ela colocasse essa posição em 2006, eu não posso, hoje, dizer qual seria a posição do Conselho, porque haveria debate, e não sei qual seria a posição do Conselho, não sei qual seria a posição dela. Evidente que ela, como Presidente do Conselho, tem um papel importantíssimo, mas o Conselho debate. Qual seria a posição do Conselho em 2006? Não tenho a menor ideia. Não posso estimar, hoje, qual seria a posição, do Conselho na hipótese de que a Presidente demonstrasse, lá em 2006, a posição que ela está defendendo hoje – legitimamente defendendo hoje.

Portanto, não tenho como avaliar qual seria a posição do Conselho, naquela época. Sei apenas que a decisão do Conselho é colegiada. Portanto, seria o resultado da opinião da Presidente com o debate que ocorreria naquela época. Qual seria a posição? Não tenho a menor ideia.

V. S^a acredita que se o sumário executivo contivesse a cláusula Marlim a compra seria ejetada? Eu acho que não. Naquela época. Porque naquela época, a questão não era a cláusula Marlim; a questão, naquela época, era: vale a pena expandir o refino no exterior? Ou vamos continuar apenas na Bolívia e na Argentina? Porque era a realidade que nós recebemos do governo anterior. Foi a expansão do exterior para a



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Bolívia e para a Argentina. Era isso que a gente ia continuar, sendo o maior mercado de crescimento nos Estados Unidos? Essa era a discussão na época.

O preço é adequado? Ela foi comprada, a refinaria foi comprada por US\$5,54 por barril de capacidade de destilação. A média do mercado, naquela época, era US\$9,43. Valia a pena comprar? Uma refinaria extremamente bem localizada. Valia a pena comprar? Essa que era a discussão da época. Evidente que hoje a discussão é outra. Se eu quiser escalar um time no sábado, é uma coisa; escalar o time na segunda-feira, depois do jogo, é outra. Então eu não posso dizer a mesma coisa: que a discussão de escalamento do time seria a mesma coisa depois do jogo jogado. Então essa é a questão.

Em 20/4/2004, o jornal *O Estado de S.Paulo* perguntou se V. S^a se considera responsável pelo relatório entregue ao Conselho de Administração da Petrobras? Eu disse: "Eu sou responsável, eu era o presidente da empresa, não posso fugir de minha responsabilidade, do mesmo jeito que a Presidente Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que é a Presidente do Conselho".

Se os senhores e as senhoras olharem – e *O Estado de S. Paulo* publicou na íntegra os 55 minutos da minha entrevista na Rádio Estadão –, vocês vão ver que, na verdade, pinçar essa frase é um pouco deslocar o que foi dito, porque o que eu disse foi o seguinte: existe um estatuto, existem regras definidas para a responsabilidade das pessoas, o Conselho é um Conselho que toma decisões, a Presidente tem a opinião dela, tem legitimamente, com todas as condições técnicas e condições políticas de tomar posição, no entanto, há regras formais que existem, que são responsabilidade dos membros do Conselho e são definidas pelo Estatuto da Petrobras. É exatamente isso o que eu chamei a atenção. Existem estatutos que definem as regras para cada um. Então isso é o que eu quis dizer com essa declaração.

Não considero a Presidente responsável pela compra de Pasadena. A responsabilidade da compra de Pasadena é da diretoria da Petrobras e do Conselho de Administração, porque passou por todos os procedimentos internos da Petrobras. Então essa é que é a questão-chave. É um processo de decisão que não é individualizado. Foi um processo de decisão coletivo. Isso é que é importante chamar a atenção.

As empresas de consultoria ouvidas pela Petrobras relativamente à compra tiveram acesso a todos os documentos?

Todos os documentos para todas as consultorias, não. Para cada consultoria, no seu específico, sim. Então, a consultoria financeira teve acesso aos documentos financeiros; as legais, acesso aos documentos legais; as técnicas, aos técnicos; as ambientais, às questões ambientais. Portanto, tiveram acesso a documentos específicos de cada consultoria.

As cláusulas do contrato de compra eram adequadas para a negociação da época?

Acredito que sim. As cláusulas do contrato não são cláusulas leoninas, são cláusulas normais de aquisição de refinarias, são cláusulas normais de aquisição de negócios desse porte.

Refino é um negócio complexo. Não é à toa que a última refinaria nova feita nos Estados Unidos é de 1976. A última refinaria nova feita no Brasil é de 1980. Não é à toa isso. O refino é, diferentemente do petróleo, um produto que tem margens



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

extremamente voláteis, portanto, a rentabilidade do refino varia muito intensamente e rapidamente, e ele é um investimento muito intensivo em capital de longo prazo. Portanto, não é o mais atraente dos negócios na área de petróleo. No entanto, ninguém consome petróleo cru. Você consome gasolina, consome diesel, consome gás liquefeito de petróleo, querosene de aviação, nafta, diesel. Portanto, você consome os derivados que, necessariamente, têm que passar pelas refinarias.

Nós estávamos vivendo, em 2005 e 2006, uma transição no Brasil. O Conselho de Administração da Petrobras, em 2005, 2006 e 2007, passa por uma transição. Qual era essa transição? Como eu disse, o Conselho de Administração da Petrobras, no período Fernando Henrique Cardoso, representando a realidade de um País estagnado, que não crescia, que estava só cuidando da estabilização da inflação, que estava cuidando somente da política de preços, neste País que não crescia também os derivados do petróleo não cresciam. No entanto, o Brasil, também não crescendo, não precisava crescer a refinaria. A partir de 2003, 2004, 2005, nós começamos a observar o crescimento do mercado brasileiro e, ao observar o crescimento do mercado brasileiro, o consumo de derivados começa a crescer. Ao crescer o consumo de derivados, a gente começa a antecipar que a gente vai ter um problema. Um problema que vinha do apagão do refino anterior, porque tivemos o apagão do refino. Esse apagão do refino é necessariamente longo, porque decorrente de um investimento leva de sete a oito anos para se construir uma refinaria. Então, em 2006 e 2007, tínhamos de tomar a decisão de fazer um refino no Brasil. É por isso que, em 2007, nós, do Conselho de Administração da Petrobras, redefinimos a estratégia da Petrobras e dissemos que, ao invés de buscar a continuidade da expansão do refino no exterior, iríamos crescer o refino no Brasil: vamos fazer a refinaria Premium I, no Maranhão; vamos fazer a Refinaria Premium II, no Ceará; vamos fazer a refinaria Clara Camarão, no Rio Grande do Norte; vamos fazer a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco; vamos fazer o Comperj, no Rio de Janeiro. Então, nós definimos, em 2006, 2007, fazer refinarias no Brasil, porque estávamos antecipando o fenômeno do crescimento do mercado brasileiro.

Senhoras e senhores, o mercado brasileiro de derivados de gasolina, de 1998 a 2008, portanto, durante dez anos, cresceu 3%. Não são 3% ao ano, mas 3% em dez anos. De 2009 a 2013, cresceu 65%. Essa é a diferença do mercado brasileiro. O mercado brasileiro de derivados está explodindo, porque a frota de carros está crescendo, porque as pessoas estão andando de avião, porque há mais consumo de combustível para as classes que emergiram, do ponto de vista de renda. Essa é a realidade do Brasil. Nós estamos com um mercado de derivados explodindo. Portanto, fazer as refinarias era fundamental, a partir de 2007. Essa transição que ocorre em 2007 é importante, porque condiciona a decisão seguinte da Petrobras: se vai adquirir, se vai avançar ou não no investimento em Pasadena, que adquirimos em 2006.

Então, voltando às perguntas, à de nº 48: numa negociação, as cláusulas variam em função do interesse do comprador. Por que o interesse em Pasadena?

Eu já disse, Pasadena era um estratégico negócio em 2005, 2006 e 2007. Deixou de ser de 2008 em diante. Mas até 2006, 2007 era estratégico comprar Pasadena, e não há nenhuma cláusula leonina, a meu ver.

Não havia na época outras refinarias com capacidade de refino?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Havia outras refinarias. Foram avaliadas várias refinarias. Nós avaliamos refinarias em Aruba, na Colômbia, no norte dos Estados Unidos, no entanto, essa refinaria está no Texas, na boca do chamado *Colonial Pipeline*, um oleoduto fantástico, que sai do Golfo do México para Nova York, está recebendo navios diretamente na beira da refinaria, tem área suficiente para expansão, portanto, era uma excelente localização, a de Pasadena geoestratégica. Por isso, escolher Pasadena, que não é cara. É bom dizer que não foi uma compra cara, foi uma compra abaixo do preço de mercado. Essa é a realidade. Não adianta tentar caracterizar com informações incompletas a situação da aquisição dessa refinaria.

Após a assinatura, como ficou a administração de Pasadena? O contrato estabelecia que nós teríamos dois Conselhos de Administração: um Conselho de Administração na refinaria e um Conselho de Administração na *trader*, na comercializadora. O Presidente do Conselho de Administração da refinaria seria indicado pela Petrobras, e o Presidente do Conselho de Administração... Agora estou em dúvida sobre quem era o que. Vou perguntar aos universitários se alguém sabe quem era o quê, se o Presidente da Petrobras era da comercializadora ou da refinaria. Bom, era um de cada. Esse Conselho era basicamente de técnicos e compete a esse Conselho de Administração responder por decisões estratégicas da refinaria, no âmbito da refinaria. Esse Conselho, evidente, estava subordinado à empresa PAI, Petrobras América, nos Estados Unidos. E ele, portanto, era um Conselho que existia... A presidência da refinaria, não sei se era da Petrobras ou de Pasadena, estou agora em dúvida, porque era um presidente em cada um dos sócios em cada um dos Conselhos. Os nomes exatos, eu não tenho os nomes exatos, mas eram técnicos da Petrobras e técnicos de Pasadena.

Em que data a Petrobras assume o controle de fato da refinaria?

Em setembro de 2006.

Qual era a capacidade operacional da refinaria?

A refinaria era, potencialmente, com capacidade de 100 mil barris por dia de processamento. Ela tinha limitações, em um primeiro momento, por questões ambientais, basicamente geração de enxofre, e tinha condições de trabalho que precisavam de algum investimento.

Uma refinaria não é um equipamento que você compra, processa e acaba. Uma refinaria exige investimentos pesados de manutenção. Uma refinaria desse porte exige, anualmente, de US\$70 a US\$90 milhões de investimentos para manter a refinaria. São normais... Nossas refinarias no Brasil têm esse tipo de investimento. Refinarias, no mundo inteiro, exigem investimentos permanentes de manutenção para garantir... A refinaria é uma estrutura de processo de alta temperatura, alta pressão, corrosão... É um ambiente extremamente complexo do ponto de vista químico e físico. Precisa, portanto, permanente investimento.

Quantos trabalhadores?

Alguém tem essa informação? (*Pausa.*) Eu estive lá na refinaria, ela deve ter uns 600 trabalhadores. Não tenho certeza de quantos trabalhadores. Mas acho que são uns 600 trabalhadores.

O faturamento depende do preço de mercado à época?

Não me lembro agora. Estou dizendo hoje... Hoje, o preço médio de derivados, nos Estados Unidos, está em torno de US\$138 o barril. Derivados! US\$138 o



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

barril vezes 100 mil barris por dia, significam US\$13,8 milhões por dia de faturamento. Portanto, US\$13,8 milhões por dia de faturamento – peço a alguém que tenha máquina de calcular – multiplicado por 365 dá, em tese, o faturamento da refinaria hoje. Esse seria o faturamento da refinaria, por dados públicos. Não estou nem dando dados da Petrobras, eu não sei os dados da Petrobras. Estou dando dados públicos.

O retorno financeiro de Pasadena nos primeiros anos foi positivo?

Não. Nenhuma entidade que você compra no primeiro momento em que faz investimento tem retorno financeiro positivo. Isso não quer dizer que não tenha retorno operacional; mas, o financeiro, não, porque você está colocando recursos ali ainda para continuar operando.

Há notícias de que a Petrobras divergiu da Astra no que tange a refinaria.

É correta?

É correta! Nós divergimos no momento em que casamos.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR - SP) – Olha, até pela oportunidade, eu queria acrescentar uma pergunta que afeta a Petrobras e Astra.

Por que a Petrobras foi acionada na Justiça pela empresa belga Astra em 2008? Porque o que nosso Relator fez é humanamente impossível perguntar alguma coisa... Foi a que sobrou.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Feita a participação de nosso Vice-Presidente, eu gostaria que V. S^a incorporasse em sua resposta a pergunta de S. Ex^a.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Eu posso responder quando chegar em 2008, porque eu estou ainda em 2006.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele está em 2006. Daqui a dois anos...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Quando chegar em 2008, eu a respondo.

Qual eram os motivos da divergência?

Os motivos das divergências eram vários. Primeiro motivo de divergência: o valor do investimento. Segundo motivo da divergência: qual é a prioridade que nós temos para as condições de trabalho dos trabalhadores da refinaria. Terceiro motivo da divergência: qual é a prioridade que nós temos de expandir a capacidade *versus* ganhar na comercialização. Quarto motivo de divergência: método de gestão, processos de documentação e processos internos de gestão. Portanto, nós passamos a ter, claramente, digamos, incompatibilidade de gênios no casamento. Então, conseqüentemente, nós passamos a ter divergências no primeiro momento em que adquirimos a refinaria.

Nesse tipo de negociação as divergências são comuns?

Eu diria que não. Evidente que, na medida em que você procura um sócio e você sabe que esse sócio é um comercializador e não um refinador, e você é um refinador e um produtor de petróleo, você sabe que tem uma diferença de cultura



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

fundamental. Um comercializador olha uma refinaria como um mal necessário. É preciso ter a refinaria para produzir, mas o objetivo dele é ganhar na compra e venda de produtos. Um refinador não, um refinador sabe que a refinaria é de longo prazo, que ele não quer ganhar essencialmente na compra e venda, mas ele quer ganhar na eficiência operacional e nas condições de trabalho que viabilizem uma diferença entre o custo de receber a matéria-prima e entregar o derivado. Portanto, é perfeitamente entendível que possa ter divergências entre esses dois sócios. No entanto, o comercializador adiciona um valor que o refinador não tem, ou seja, que é conhecer as regras de mercado, conhecer os canais de mercado e, portanto, viabilizar as negociações comerciais de forma mais fluida.

Casar esses dois é possível. Divergências podem existir, divergências inconciliáveis também podem existir, e foi o caso que aconteceu. São divergências inconciliáveis, então tínhamos que separar.

Sabia das divergências?

Sabia. Sabia das divergências e acompanhei a discussão, não do detalhe, porque não me competia acompanhar o detalhe, mas estava informado sobre as divergências.

O processo de negociação... A refinaria – só para responder aqui a pergunta anterior – tinha, à época, 300 empregados; hoje tem 279 empregados. Fatura, hoje, US\$5 bilhões: 138, vezes 100 mil, vezes 365. Cinco bilhões de dólares é o faturamento da refinaria, por ano. Cinco bilhões. Bilhão é um número muito grande.

Número 64.

Em que contexto se deu a reunião do Conselho de Administração em 2008 [aí cheguei a 2008], que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes?

Olha, como eu disse, durante 2007, a diretoria juntamente com a PAI, a Petrobras América, teve inúmeras reuniões com a Astra, tentando viabilizar inicialmente uma saída de convivência. Não deu certo. Passamos então a dizer quem compra quem. Várias reuniões ocorreram durante 2007, propondo a compra, propondo a venda, valores diferentes, até que chegamos, portanto, a um acordo razoável do ponto de vista da diretoria da Petrobras, em fevereiro de 2008.

Em fevereiro de 2008 a Petrobras propõe ao Conselho de Administração (em fevereiro de 2008), a aquisição da segunda parcela da refinaria. A proposta chega ao Conselho de Administração da Petrobras e o Conselho de Administração da Petrobras não aprova a proposta da diretoria.

Portanto à diretoria competia agora, sem viabilizar a aquisição, estabelecer uma tática e uma estratégia para resolver o impasse com o sócio.

Em junho de 2008, a diretoria propõe ao Conselho, e comunica ao Conselho, que iria iniciar o processo de arbitragem contra a Astra. Isso é feito, se não me engano, no dia 19 de junho de 2008, ou 29 de junho, a data exata eu não sei, não me lembro aqui agora, mas foi em junho de 2008. Em junho de 2008 a Petrobras inicia a arbitragem contra a Astra. Essa arbitragem contra a Astra é uma arbitragem por descumprimento de cláusulas contratuais da Astra.

Quem toma iniciativa na arbitragem é a Petrobras, não é a Astra.

Em julho de 2008, 1º de julho de 2008, se não me engano, ou 2 de julho de 2008, no início de julho de 2008, a Astra entra contra a Petrobras na Justiça para que



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

a Petrobras cumpra a cláusula Put, usando uma carta que o Diretor Nestor teria enviado para a Astra em dezembro de 2007, com valores. Mas como essa carta não foi aprovada pelo Conselho de Administração, essa carta não tem validade.

Então, essa discussão se dá no âmbito da justiça americana, e outra discussão se dá no âmbito da arbitragem americana. Na justiça americana se desdobra em seis ações judiciais. São seis ações judiciais na justiça americana. Isso vai em 2008, 2009, 2010, 2011, até março de 2012, quando sai a sentença judicial. Então, durante esse período, é um período de disputa judicial e de disputa arbitral entre Petrobras e Astra. Não há pagamentos nesse período. Há disputa judicial sobre valores, como aplicar a cláusula de Put, como verificar o direito de exercício, como avaliar. São milhares de documentos analisados, são milhares de páginas vistas, são testemunhos, oitivas, levantamento de informações, consultorias técnicas contratadas... É um processo complexo, que leva cinco anos, com os advogados, com técnicos. Quem representa a Petrobras é a Thompson & Knight, nesse processo, na Corte americana.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Item 76, que aprofunda um pouco o que V. S^a está expondo...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Hein?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O item 76.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Setenta e seis? Ah...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fala sobre a arbitragem internacional e judicialização.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Ah, eu vou chegar, então, ao item 76.

Então, eu estou em que pergunta mesmo agora?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Setenta e seis.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Setenta e seis?

As outras estão respondidas, não é?

Setenta e seis. Como se deu o início da arbitragem internacional? Como eu disse, a Petrobras entra na Corte para viabilizar a questão da arbitragem. Quem provocou a arbitragem? Foi a Petrobras.

Como é o processo de arbitragem?

Cada um dos contedores indica um árbitro, e os dois árbitros indicam um terceiro. Esse é um processo normal de arbitragem. Então, são técnicos, são pessoas com formação jurídica e técnica adequada que são capazes de, mergulhando nos documentos, fazer uma opinião, opinar e definir sugestões sobre isso. É diferente do processo judicial, em que é a Corte que avalia. Então, no processo arbitral, são árbitros escolhidos pelas duas partes, cada um escolhe um, e o terceiro é escolhido pelos dois árbitros.

Quem defendeu a Petrobras na arbitragem foi a Thompson & Knight. A banca de advogados contratada foi a Thompson & Knight.

Quanto a Petrobras pagou pela defesa?

Eu não sei. Aparentemente, os documentos que têm dito publicamente falam em alguma coisa de 5 milhões, mas eu não tenho confirmação disso porque não



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

chegou à diretoria essa decisão. É uma decisão que ocorreu no âmbito interno da diretoria internacional e, portanto, não chegou à diretoria colegiada da Petrobras.

Qual foi a decisão arbitral?

A decisão arbitral foi pronunciada em 2010. A decisão arbitral diz que a cláusula Put vale e que o valor desta cláusula Put é alguma coisa, se não me engano, que corresponde a 659 milhões, sendo 296 milhões, se não me engano, correspondentes aos 50% adicionais da aquisição que a Petrobras estava fazendo, das ações da refinaria, mais 170 milhões, correspondentes a 50% a mais da *trading* que ela comprou na outra vez, mais custas, ajustes fiscais, etc., etc. Mas, essencialmente, a arbitragem define um valor que era menor. A arbitragem define um valor que era menor do que a Astra queria. Portanto, a arbitragem criou valor para a Petrobras no valor final, porque a decisão do árbitro foi menor do que o que a Astra queria. Portanto, isso mostra, é evidente, que não era um negócio que não tivesse justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – À pergunta 82 o senhor não respondeu.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – A 82 é: V. S^a considera adequada a defesa da Petrobras?

Eu considero adequada a defesa da Petrobras. Considero adequada a defesa da Petrobras, porque ela, inclusive, conseguiu um resultado positivo.

Como V. S^a considera a decisão arbitral? Acho que a decisão não foi a ideal nossa. Tanto não foi a ideal nossa, que nós recorremos à Justiça. Existiram algumas questões que nós mantivemos por causa da divergência nossa em relação à decisão arbitral. E, portanto, fomos à Justiça para esperar o resultado final da Justiça.

Considerando a jurisprudência da arbitragem internacional, a decisão sobre Pasadena não seria previsível?

Não, não acredito que seria previsível, porque nós estávamos com divergências muito grandes na negociação direta entre os sócios. Então, na negociação entre Petrobras e Astra fora da arbitragem, eram valores muito díspares. A Astra queria um bilhão. Houve proposta da Astra de vender por um bilhão a segunda parcela dela, o que era inaceitável de nossa parte. E queria comprar a Petrobras por um valor muito ridículo, sem fazer nenhuma proposta concreta. Portanto, a negociação estava muito difícil. Era necessário colocar um terceiro ator, para viabilizar uma solução mais racional. E a arbitragem era uma decisão correta naquele momento, já que nós não fizemos a aquisição. Portanto, era uma solução colocar um terceiro para tentar solucionar um conflito que existia entre os sócios.

A Astra pede a validade da Put na arbitragem. A controladora pede a condenação da Petrobras ao pagamento do valor previsto na Carta de Intenções e, portanto, não é isso que ocorre. O que ocorre no final é o valor da aplicação da Put, e um valor que equivale à aquisição inicial mais o prêmio de controle, o que é normal. Na medida em que você adquiriu o controle, você tem de pagar um prêmio de controle. Certo?

Então, o exercício da Put foi feito, no entanto, por nós. E aí posso até antecipar... Não vou antecipar, não, mas o *superbody*, o conselho de sócios Astra e Petrobras, reúne-se uma única vez, porque ele é um Conselho para resolver pendência entre os sócios. Ele se reúne uma única vez para viabilizar a realização da arbitragem.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Era exatamente para viabilizar a arbitragem que tinha de haver um Conselho, porque você tinha de passar por ele. O sócio não comparece, e, na medida em que o sócio não comparece, caracterizam-se as condições para entrar na arbitragem. Mas ele se reúne uma vez só. Não é um Conselho que discute a estratégia, que discute o funcionamento da empresa, porque isso é dever fiduciário dos diretores e dos conselheiros administrativos, que, no Conselho, defendem o interesse da entidade, e não dos sócios.

A ação judicial questionou a legalidade das cláusulas Marlim e Put?

A legalidade não. Questionou a aplicabilidade. A Astra chegou a querer aplicar a Marlim na arbitragem, mas isso foi desconsiderado, porque a cláusula Marlim só se aplicaria se houvesse o investimento. Como o investimento não ocorreu, ela não se aplica.

Qual foi a decisão da Justiça dos Estados Unidos?

A decisão da Justiça dos Estados Unidos foi a de validar a decisão arbitral. Portanto, a decisão dos Estados Unidos foi a de validar a decisão arbitral.

Ao todo, quanto a Petrobras gastou na arbitragem e na ação judicial?

Não tenho essa informação detalhada. Imagino que a Petrobras deve ter essa informação. Não tenho o detalhe dessa informação. Eu não o tenho neste momento. Não sei quanto gastou nesse item específico.

Se não houvesse a arbitragem e a judicialização, não existiriam custos e honorários. Esse raciocínio está correto?

Está. Mas qual seria a solução do problema, da controvérsia? Essa é que é a questão importante. Se não houvesse, não haveria custo? É claro! Mas, quando você vai para a Justiça ou vai para a arbitragem, você espera ganhar. Você pode perder, mas você espera ganhar. E, se você vai para a Justiça, é por que você não teve alternativa na negociação direta. E foi o que aconteceu: não teve condições na negociação direta e foi para a Justiça.

V. S^a considera acertada a decisão de judicializar?

Considero acertada, sim. Acho que era a forma de resolver o conflito. Fazer um acordo direto sem que chegássemos a uma proximidade de valores seria uma situação insustentável. É muito mais importante, acredito, haver um terceiro avaliando a justeza do valor do que você fazer um acordo em que você está com divergências tão grandes entre os dois sócios. Quem decidiu o valor foi a justiça americana, que é uma justiça de reconhecida competência na justiça.

O Conselho de Administração aprovou a aquisição de Pasadena das ações remanescentes de Pasadena ao ser cumprido o lado arbitral proferido pela câmara...?

Eu não era mais Presidente da Petrobras. Eu saí da Petrobras antes da decisão da corte americana. Eu saí da Petrobras em fevereiro de 2012. A decisão da corte americana é de março de 2012.

Portanto, sobre o que aconteceu posteriormente à minha saída da Petrobras, eu não posso falar, porque não participei desse processo decisório. Eu saí em fevereiro de 2012 da Petrobras. A decisão arbitral é março de 2012, e o acordo final, se não me engano, é junho de 2012. Portanto, não tenho como comentar sobre isso.

Acho que respondi todas.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Só há a questão do meio ambiente. É a 94.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Meio ambiente.

A refinaria Astra é uma refinaria que vinha do passado. Era uma refinaria muito antiga, da Standard Oil. Ela tem um histórico de passivo ambiental, ela tem um histórico de passivo trabalhista e ela tem um histórico de dificuldade de relacionamento com a comunidade. Com a entrada da Petrobras, essas três coisas começaram a mudar, tanto é, como eu disse, que Pasadena, na semana passada, foi premiada pelos pares. Não foi premiada por outros, não. Foi por outros refinadores, nos Estados Unidos, numa conferência da associação dos distribuidores e refinadores de derivados de petróleo e petroquímicos, que premiaram a Astra como excelente em meio ambiente e excelente em condições de trabalho. Então, houve uma mudança substantiva.

Toda refinaria em geral, no entanto, antiga, tem passivos com as comunidades do seu entorno, e esses passivos são processos de discussão e de negociação com as comunidades.

As notícias divulgadas por um jornal televisivo com grande destaque, recentemente, são notícias referentes a uma disputa sobre meio ambiente entre um condado do Texas e a Astra, equivalente a um passivo correspondente – para nós, um dinheiro muito grande, mas, para uma empresa que fatura US\$5 bilhões por ano, um passivo relativamente pequeno – a US\$6 milhões. Então, estamos falando de um passivo de US\$6 milhões numa empresa que fatura US\$5 bilhões por ano. Portanto, são normais passivos desse tipo, são negociações com comunidades. Portanto, não acredito que seja nada muito relevante para ser considerado nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ainda há as respostas do nº 96 ao nº 107.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Algumas respostas do senhor já foram absolvidas.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Deixe-me pegar aqui os valores, porque, assim de cabeça, é muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A nº 98 consegue sintetizar do nº 96 até o nº 100. São custos totais.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Deixem-me fazer a minha pesca aqui e achar os números exatos desses números, para não haver problema de depois dizer que houve divergências de números.

Quanto custou a refinaria?

Custou US\$1,24 bilhão foram pagos pelo conjunto do conflito; US\$1,24 bilhão. A Petrobras pagou pela refinaria, ativo/refinaria, US\$554 milhões por 100% da refinaria; US\$554 milhões por 100% da refinaria. US\$554 milhões divididos por 100 mil barris de capacidade de refino significa US\$5,54 mil por barril de capacidade de refino. Então, US\$5,54 mil por barril, nos Estados Unidos, em 2005, 2006, 2007, 2008, é um preço abaixo da média do preço de mercado. Primeiro.

Segundo, além da refinaria, a Petrobras adquiriu, em 2006, 50% da *trader*, da comercializadora. Pagou por isso US\$170 milhões. Ao comprar os 50% restantes – ela comprou os outros 50% da *trader* –: mais US\$170 milhões. Pagou,



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

portanto, US\$340 milhões pela *trader*, pela comercializadora. Pagou, também, US\$156 milhões ao Banco BNP Paribas, que tinha dado uma garantia para a Astra viabilizar as operações de *trading*, e à medida que a Petrobras adquiriu os 100%, ela teve que ressarcir a carta de garantia das operações de comercialização; não para aquisição da refinaria, mas para operar a refinaria; US\$156 milhões. Então, são: 554, mais 340, mais 156.

As despesas geradas pelo litígio correspondem a US\$5 milhões e havia US\$150 milhões de juros pelo fato de que Petrobras só pagaria em 2012, quando deveria pagar em 2008. Ela só paga em 2012, em junho de 2012, portanto, depois que eu saí da Petrobras. Enquanto eu estive na Petrobras, dos 50% seguintes não foram pagos nada; só foram pagos em 2012. Por quê? Para concluir o litígio. Corretamente, a meu ver. Acho que o acordo tinha que ser feito. Mas é para a conclusão do litígio. Portanto, esses são os valores pagos pela refinaria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – É, mas há 44 milhões de acertos finais de contas, de balanço etc.

Então, são: 554, mais 340, mais 156, mais 5, mais 150 e mais 44.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não, isso é a compra da refinaria.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Aí depende. Eu não posso dizer que a margem de lucro é 5%. Eu estou dizendo o seguinte: hoje, a situação da refinaria é especial. Eu vou tentar explicar um pouco, Senadora, a característica específica que nós tivemos a partir de 2009, no Texas.

Os Estados Unidos eram um país profundamente importador de petróleo, um país extremamente importador de gás, mas os Estados Unidos, a partir de 2008, teve dois movimentos. Primeiro, dada a crise americana, o consumo de derivados caiu. Portanto, o volume de derivados caiu nos Estados Unidos. E eles tiveram uma segunda revolução nos Estados Unidos, extremamente importante, a partir de 2007 e 2008, que foi a revolução do chamado *shale gas*, o gás de xisto, que é um processo de injeção de água a alta pressão para fracionar as rochas que estão nos reservatórios e fracionar as rochas que estão nas chamadas rochas geradoras, as rochas que geram os hidrocarbonetos. Normalmente, no chamado petróleo convencional, esta rocha geradora gera o hidrocarboneto, que migra para uma rocha reservatório. Essas rochas geradoras, quando são de muito baixa porosidade, quando são poros muito pequenos, deixam presas, dentro da rocha, uma quantidade de gás e uma quantidade de petróleo. Esse petróleo que ficou preso na rocha geradora é chamado de petróleo não convencional, porque o petróleo convencional é extraído da rocha reservatório; na rocha geradora, fica, portanto, um resíduo preso nessa rocha.

O que essa tecnologia chamada fraturamento faz? Injeta-se água a alta pressão, injeta-se polímero para se manterem os poros abertos, abrem-se os poros dessa rocha, esses poros soltam o gás, e você captura esse gás que estava lá. Não é uma revolução tecnológica, é uma tecnologia comum já. Ela é conhecida, mas a



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

generalização dessa tecnologia transformou os Estados Unidos, em cinco anos, de um país importador de gás num país potencialmente exportador de gás. Um país que importava petróleo pode passar, em 2016, a exportar petróleo. Produz hoje mais de 3 milhões barris/dia – portanto, os Estados Unidos produzem mais do que a produção brasileira desse tipo de petróleo.

O que isso tem a ver com Pasadina?

O gás produzido por essa tecnologia tem associado a ele o condensado, que é um líquido de hidrocarboneto, que é um petróleo levíssimo. A densidade do petróleo é medida em relação à água. O petróleo é mais pesado do que a água – por isso, ele afunda. Aliás, ele é mais leve do que a água – por isso, ele boia, na realidade. Então, o petróleo leve se aproxima da densidade da água. Assim, esse petróleo leve precisa de refinarias mais simples, precisa de capacidade de refino mais simples.

O que acontece no Texas? No Texas, descobriu-se um reservatório, chamado Eagle Ford – Águia Ford. Esse reservatório começou a produzir em 2009. Esse reservatório produz hoje mais de 900 mil barris/dia de condensado. Novecentos mil barris por dia de condensado são produzidos nesse reservatório. Esse condensado tem grau API 46! Grau API 46, Senador, é melhor do que o petróleo de Urucu, que é um dos melhores petróleos que nós temos. É mais leve do que o petróleo de Urucu.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. *Fora do microfone.*) – Bota no carro e sai andando.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Bota no carro e quase sai andando; não precisa de refinaria.

Mas esse petróleo tem um problema: não há oleoduto para tirar esse petróleo do Texas. Então, esse petróleo está sendo transportado de caminhão para as refinarias do entorno ali do Texas. O Texas tem hoje, se não me engano, alguma coisa perto de 4 milhões de barris/dia de capacidade de refino. O dobro do Brasil. O dobro do Brasil. O Brasil tem 2 milhões; o Texas tem 4 milhões. Refinarias próximas a Pasadena.

Então, essa situação do Texas faz com que Pasadena possa comprar petróleo de Eagle Ford, levíssimo, processar na refinaria e vender para o mercado americano.

Esse petróleo de Eagle Ford deve estar chegando – eu não sei os valores, a Petrobras tem que falar, eu estou falando aqui de fora – em torno de pouco mais de US\$90 o barril, na refinaria. Como o preço dos derivados nos Estados Unidos está a US\$140, você está comprando matéria-prima levíssima, sem investir na refinaria, tendo capacidade de processar na refinaria, dando uma margem bruta – não é lucro isso, porque há depreciação, há custos financeiros, etc. – em torno de US\$40 por barril. Quarenta dólares por barril! Então, é gigantesca a margem bruta que você está tendo neste momento. É permanente isso? Não. Por que não é permanente? Porque, evidentemente, vai haver um oleoduto mais cedo ou mais tarde, e, na medida em que houver o oleoduto, o preço de Eagle Ford vai caminhar para o preço do petróleo internacional. Mas este momento é um momento extraordinário para a refinaria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A 103.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Cento e três?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pasadena e Paulo Roberto Costa.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Bom, qual a participação de Paulo Roberto Costa nas negociações envolvendo a refinaria?

Nas negociações envolvendo a refinaria, ele estava presente numa reunião depois da aquisição da primeira parte. Nos primeiros 50% ele não participa das negociações. Ele esteve presente numa reunião porque ele estava comigo e com o Diretor Nestor, na Dinamarca, numa missão empresarial, juntamente com o Presidente Lula, fazendo a missão, e eu aproveitei a viagem para fazer uma reunião separada com a Astra e com os dois diretores que estavam lá. Foi a única vez em que o Paulo Roberto Costa participou das negociações da segunda parcela, não da primeira, para tentar resolver o problema, e, na realidade, o que nós dissemos aos sócios é que "nós vamos para a arbitragem, nós vamos para a briga". Foi, essencialmente, o papel que ocorreu com o Paulo Roberto Costa.

O Comitê de Proprietários – é a resposta à questão 104 – é um Comitê que acontece, em geral, quando você tem uma empresa 50%-50%. Então, o Conselho de Administração, fiduciariamente, ou seja, em termos de regras da sociedade anônima, os membros do Conselho de Administração, no Conselho de Administração, têm que defender o interesse da sociedade, da empresa como um todo. Eles não podem defender, no Conselho, exclusivamente os interesses dos sócios. Então, quando você tem 50%-50%, você pode ter impasses em que tem que ser chamado outro conselho para... É o chamado... No acordo de acionistas se estabelece que os sócios podem se encontrar e definir, portanto, as diferenças entre os proprietários. Esse Conselho foi definido no *Shareholder Agreement*, no acordo de aquisição dos 50%, em 2006. A Diretora Graça não era diretora da Petrobras em 2006. Então, ela não participou dessas decisões do acordo de acionistas de 2006. Esse Conselho só foi ativado uma vez, como eu disse, para viabilizar e dizer: "Eu vou brigar". Só foi ativado uma vez, que foi para dizer: "Eu vou brigar". Então, não tem nada a ver a indicação de Paulo Roberto como se fosse para um Conselho de Administração estratégico. Ele é um Conselho de Administração para a solução de conflitos praticamente definitivos entre os sócios.

Por que Paulo Roberto Costa? Porque ele era o Diretor de Abastecimento, ele era o Diretor responsável por 11 refinarias no Brasil. Era a pessoa, portanto, mais responsável pela situação de abastecimento, de refino no Brasil. Portanto, ele podia representar, perfeitamente, os interesses da Petrobras na área de refino. Por isso a escolha de Paulo Roberto Costa.

Quantas vezes o Comitê se reuniu? Uma vez.

Qual foi a deliberação do Comitê? "Vou brigar". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, ao encerrar este primeiro eixo, eu gostaria de perguntar às Sr^{as} e aos Sr^s. Senadores se ainda há alguma indagação sobre esse eixo inicial, de Pasadena. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa.

Depois vamos entrar nos outros também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – V. Ex^a prefere entrar no outro eixo logo?



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu queria, mais do que fazer perguntas – eu vou fazer pergunta também –, registrar aqui os esclarecimentos que foram dados em relação ao tema que tomou uma dimensão gigantesca, inclusive para tentar colocar em xeque a capacidade de gestão dos dirigentes da Petrobras, da própria empresa.

Mas eu perguntaria duas coisas. A primeira, V. S^a já falou do faturamento que essa refinaria tem hoje, já falou, de certa forma, da margem de lucro que ela tem, então, eu pergunto se V. S^a já fez algum exercício no sentido de avaliar em que momento, diante das perspectivas de mercado que existem essa refinaria terá se pagado, ela passará a ser um investimento que traz um retorno efetivo para a Petrobras, levando em conta os custos, levando em conta todos os resultados de arbitragem, enfim?

A outra é mais uma pergunta política e, ao mesmo tempo, estratégica. Obviamente, V. S^a vai responder sobre os outros dados, fatos determinados que esta CPI têm, mas, dada a dimensão que teve esse tema da refinaria de Pasadena e tal a importância que teve nas denúncias que foram formuladas – e, quando a gente acompanha com atenção, com cuidado e sem paixões as respostas de V. S^a, a gente vê que absolutamente não tem a dimensão que se tentou dar –, o que é que V. S^a poderia colocar no sentido... O que é que, do ponto de vista de interesses, especialmente de interesses econômicos, poderia estar por trás de uma campanha tão forte em relação à Petrobras, utilizando, inclusive, esse tema, que tem resposta para tudo, como o carro-chefe dessa campanha? Há algum tipo de avaliação que mostre que mudanças na forma de exploração do pré-sal poderiam estar por trás disso?

Outro tema de que se fala o tempo inteiro: a oscilação do valor das ações da Petrobras. Seria importante lembrar que, quando se faz o comparativo dizendo que a Petrobras valia US\$300 bilhões e, agora, está valendo US\$100 bilhões, há que se ponderar que em 2002, valia quanto? Nós estamos comparando o Governo Dilma com o governo Lula; não é com o governo anterior. E, às vezes, se chega a querer atribuir, inclusive, as oscilações que essas ações têm, mesmo recentemente, quando houve uma recuperação significativa dessas ações, a oscilações políticas. Então, pergunto: isso tem procedência ou, na verdade, os próprios especuladores jogam com esse conjunto de denúncias? Assim, as ações vão lá para baixo e, aí, eles as compram por um preço lá embaixo e, daqui a pouco, ganham dinheiro com a especulação em bolsa. Então, eu queria ouvir um pouco da sua avaliação, que é importante para nós, uma vez que isso aqui é uma investigação também política. O que está por trás desse fato de a Petrobras ter sido o centro da cena de tantos temas aí levantados em relação ao questionamento da sua gestão?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Continua franqueada a palavra as Sr^{as} e aos Sr^s. Senadores.

Senadora Vanessa, Senador Anibal, Senador Acir, V. Ex^{as} têm alguma pergunta dentro desse capítulo ou fora dele?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu entendo que o Relator fez todas as perguntas possíveis aqui nesta manhã. Contudo, o que eu perguntaria é: segundo V. S^a, a Petrobras vai bem, não está em crise,



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

a situação é boa; então, por que as ações caíram tanto nos últimos anos? Qual a sua opinião em relação a isso?

Essa questão já foi muito bem colocada também pelo nobre colega. As demais perguntas foram todas feitas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, na realidade, primeiramente, eu queria repetir o que disse em relação ao Relator, isto é, S. Exª vem fazendo um trabalho primoroso. No início, eu até disse: "isso aqui é um pente-fino". E, de fato, não ficou absolutamente nada sem resposta.

O que eu quero colocar são apenas algumas dúvidas minhas em relação à cláusula de Marlim. Eu entendi perfeitamente o porquê da cláusula e, até dentro de um contexto mais geral, não que seria irrelevante, mas outros quesitos ainda muito maiores que a cláusula de Marlim seriam observados em um momento de decisão. Assim, eu só pergunto: o senhor disse que essa cláusula de Marlim valia para a capacidade de processamento para 100 mil barris e que isso era mais uma forma de segurança para o outro sócio, uma vez que, com a modificação – entendi assim – do óleo leve para o óleo pesado, utilizando o óleo de Marlim, não se sabia se haveria a lucratividade esperada pela sócia. Essa cláusula chegou a vigorar ou não houve necessidade?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra pela ordem, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Outra questão: não levando em conta o que foi pago pela refinaria, é possível identificarmos, sabermos quanto vale hoje Pasadena?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, as informações trazidas pelo Dr. Gabrielli são muito curiosas. Com a quantidade de perguntas feitas aqui pelo nosso Relator, na realidade, necessitamos de alguns reforços de esclarecimento acerca das informações que já foram trazidas. Por exemplo, na sua exposição final, aliás, na parte inicial da sua apresentação, o senhor disse que a Petrobras tem hoje uma avaliação baseada no seu estoque de barris de petróleo: um barril a US\$4,2 e uma reserva tal de barris que, segundo a Petrobras, é de US\$96 bilhões. Ao mesmo tempo, o senhor falou que, se esse valor fosse praticado, em uma hipótese de a Petrobras ser vendida a esse valor, automaticamente, quem desse estes US\$4,2 por barril estaria levando de graça uma frota de mais de 200 navios, mais 70 mil servidores qualificados, central energética, milhares de quilômetros de oleodutos e gasodutos e mais uma infinidade em patrimônio que a Petrobras tem não só no Brasil, mas espalhado pelas mares do mundo.

Eu gostaria que V. Sª dissesse a quem interessa diminuir o preço da Petrobras? A serviço de quem estão aqueles que fazem tanta questão de colocar a



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Petrobras como uma empresa falida quando temos uma empresa visivelmente superavitária, independentemente das questões que foram postas?

Eu gostaria ainda que V. S^a, se pudesse, reafirmasse o início do plano estratégico para a expansão do Brasil na área de aquisição de refinarias fora do Brasil, porque, de acordo com a exposição de V. S^a, ficou claro que, na segunda etapa do governo Fernando Henrique, esse plano estratégico estava desenhado. Já havia uma definição clara da necessidade de o Brasil expandir, em termos de refinaria, para fora do País. E isso veio a acontecer. Já havia uma sinalização nesse sentido no governo Fernando Henrique, a que se deu sequência no governo Lula, e se chegou, pela exposição de V. S^a, à conclusão da opção pela compra da refinaria de Pasadena exatamente porque tinha um preço, digamos, convidativo e uma localização estratégica que batia com o que estava sendo pensado para o Brasil.

Então, na realidade, não se tratou de uma decisão da noite para o dia; foi uma decisão que já contava com um amadurecimento e que, depois, esse amadurecimento se deu com os estudos feitos juntos às consultorias que foram contratadas.

Então, eu gostaria, se possível, que V. S^a pudesse informar, diante desse contexto e considerando que a refinaria de Pasadena, hoje, tem todas as possibilidades de um lucro líquido de cem milhões de dólares/ano, considerando que há um investimento geral da ordem de 1,2 bilhão – fazendo uma conta rápida –, em 12 anos ela se pagaria, em termos de lucro líquido garantido pela produção – a quem interessa tanto a diminuição do valor de Pasadena e, principalmente neste momento, a diminuição do valor da Petrobras no mercado do petróleo internacional?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Para organizar, vou devolver a palavra ao Dr. Gabrielli. Ele vai responder às arguições da colega e dos colegas Senadores. Depois eu volto com o Relator para a segunda parte das suas perguntas. Garanto que não serão mais cem. Menos um pouco.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Bem, o Senador Humberto pergunta sobre o exercício, em quanto tempo a refinaria se paga. Eu vou fazer um exercício simples. Os números que eu mencionei sobre a margem bruta são números de fora da Petrobras, mas a Presidenta Graça disse que, nos dois primeiros meses de 2014, Pasadena gerou US\$58 milhões de lucro, em 2014. Se ela, a cada dois meses, gerar US\$58 milhões – está certo? –, a Petrobras, no balanço de 2013, como manda a regra da contabilidade brasileira e da contabilidade internacional, ela fez um cálculo que eu vou explicar daqui a pouco chamado *impairment*. Esse cálculo que tem esse nome horroroso em inglês: *impairment*, em português, chama-se ajuste do valor dos ativos ao valor do mercado – ajuste do valor dos ativos ao valor do mercado. O que significa isso? Toda empresa tem hoje que fazer uma avaliação, praticamente todos os anos, dos ativos em produção que ela tem. Com base nesses ativos em produção, ela junta tudo o que gastou para constituir aquele ativo: se você adquiriu, quanto você pagou; se você fez investimento em manutenção, quanto você fez de investimento em manutenção; qual foi o seu investimento de expansão, quanto você investiu naquele ativo. Tem um valor.

Então, Pasadena custou 1,240 bilhão para ser adquirida, deve ter investido por ano 80 milhões, não teve expansão. Então, 80 milhões em 2006, 2007,



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, sete anos vezes 80, sete vezes oito igual a 56, então, 1,2 bilhão mais 560 vai dar um bilhão, novecentos e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Um bilhão e novecentos.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Então, 1,9 bilhão foi o valor total do investimento da Petrobras para a aquisição de Pasadena, para a aquisição da *trader* e para a manutenção das operações nesses anos. Então, 1,9 bilhão. A Petrobras pega isso, como toda empresa tem que fazer na contabilidade, e faz uma projeção da vida útil desses equipamentos – dadas as hipóteses sobre 2013, qual é o preço do petróleo, qual é o preço dos derivados, qual é a taxa de juros, qual é a taxa de desconto, como é que o mercado está se comportando, etc., etc., etc. –, projeta isso para futuro, traz a valor presente e compara com o que foi investido. Se o que foi investido é maior do que o que ela vai recuperar, ela considera isso um prejuízo.

A Petrobras, no balanço de 2013, reconhece um prejuízo de US\$530 milhões. O que é esse prejuízo? Esse prejuízo ela abate do ativo da Petrobras, reduz, portanto, o tamanho do ativo da Petrobras, ela não pagou ninguém, ela reduz o ativo da Petrobras na contabilidade e ela abate do lucro da Petrobras, portanto, diminui os dividendos. Então, ela abate. Então, não foi um prejuízo que ela pagou a terceiros; ela deixou de pagar e diminuiu o seu ativo. Este prejuízo de 530 milhões, se Pasadena vale, no investimento, 1,9 bilhão, significa que foi para 2,4 para dar 530 a menos. Então, o que acontece? O valor de Pasadena não alcança 2,3. Então, está lá. Não alcança 1,9. No máximo, vai atingir 1,9 menos 530.

Aí começa 2014. Ao começar 2014, você começa a ter resultado positivo. O que acontece? Esse resultado positivo vai abatendo o prejuízo dos 530. Então, se eu tenho 58 por mês, se nos dois primeiros meses, a cada dois meses, eu tenho 58, portanto, eu recupero 530 em 20 meses. Se a cada dois, eu tenho 58, em dez duas vezes, ou seja, em 20 meses, eu recupero 580. Agora, evidentemente, é preciso manter os dois meses por 20 meses, o que não se pode garantir que se vai manter.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Manter a *performance*. Esse é um exercício que pode ser feito. Ou seja, Pasadena não é um prejuízo afundado, inevitável e irrecuperável para sempre; não é. Essa é a questão. Pode ser recuperado esse prejuízo. É um prejuízo que não foi pago, foram reduzidos os valores internos da companhia.

A segunda pergunta: a quem interessa reduzir o valor da Petrobras. Eu acho que existem vários segmentos a quem interessa reduzir o valor da Petrobras.

Primeiro, eu diria, como o Senador já mencionou, que os especuladores de curto prazo do mercado de ações adoram a situação das ações da Petrobras, porque é um volume de ações muito grande com uma variação diária extraordinária. Varia 2%, 3%, 4%, 5% em um dia; 41% variou nos últimos 40 dias. Ou seja, quem aplicou R\$100 mil ou R\$100,00 – R\$100,00 é uma ação; não dá, é preciso comprar dez ações, que hoje devem estar a R\$14,00, então, R\$140,00 –, quem aplicou R\$150,00 ganhou 40% em menos de um mês, em um mês e dez dias. É uma aplicação fantástica para quem aplicou isso. Variou agora. Em plena crise da Petrobras, a ação valorizou 41%. Então, alguém ganhou com isso, primeiro.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Segundo, existe outro elemento importante. Em 2009, nós fizemos uma venda de ações da Petrobras ao mercado. Em 2009. Essa venda de ações ao mercado foi a maior venda de ações da história do capitalismo mundial. Nenhuma empresa vendeu, de uma vez só, tantas ações como a Petrobras vendeu em 2009. Isso fez com que houvesse uma capitalização da empresa de forma extraordinária em 2009. A venda das ações da Petrobras, diferentemente do que foi a venda em 98, foi de ações primárias, ações emitidas pela Petrobras. Não foram ações que pertenciam ao Governo. Portanto, diferente de 2009 – a participação do Governo na Petrobras foi reduzida em 1999 –, em 2009, foi aumentada. E o Governo comprou ações da Petrobras também. Então, são duas situações muito diferentes: em 2000, quando foi feita a primeira emissão de ações para o mercado de Nova York, e em 99, quando foram feitas as emissões das ações da Petrobras.

Evidentemente que, fazendo um volume de emissão desse tamanho, você inundou o mercado com ações da Petrobras. Com isso, você deu um volume de ações no mercado da Petrobras muito grande mesmo para padrões da Bolsa de Nova York. Não estou falando só da Bovespa, estou falando de Nova York. Então, ao criar esse volume de ações tão grande, você estimulou alguns a especularem no curto prazo, uma vez que, na venda das ações, nós afirmávamos de forma peremptória e clara que o investimento em ações da Petrobras tem que ser um investimento de longo prazo. Não pode ser um investimento de curto prazo.

Por que não pode ser um investimento de curto prazo? Porque nós estávamos com a maior fronteira de desenvolvimento do petróleo do mundo descoberta, que era o pré-sal brasileiro, e a Petrobras teria as condições de ser a operadora única do desenvolvimento do pré-sal brasileiro. Ser a operadora única do pré-sal brasileiro significa que ela tinha as condições porque era quem mais conhecia a tecnologia de petróleo de águas profundas, era quem tinha a maior capacidade de produzir petróleo em águas profundas, era quem tinha a maior carteira de unidades de produção para produzir em águas profundas no mundo, era quem tem a menor equipe técnica treinada e capaz, era quem mais conhecia os reservatórios brasileiros, quem mais conhecia as bacias sedimentares brasileiras, quem mais conhecia a cadeia de suprimento no Brasil, portanto, era a empresa que tinha a melhor condição de desenvolver a capacidade dessa riqueza potencial que é o pré-sal brasileiro.

Em 2009, 2010, esse Congresso Nacional discutiu quatro projetos de lei: um projeto de lei que viabilizava o novo marco regulatório para o petróleo brasileiro, modificando a lei de 1998, que quebrou o monopólio estatal de petróleo e criou o sistema de leilões e o sistema de concessões para o leilão brasileiro. O que é o sistema de concessões? A ANP, por recomendação do Conselho Nacional de Política Energética, coloca à disposição áreas para que as empresas de petróleo comprem o direito de produzir petróleo. Na concessão, evidentemente, as áreas que têm alto risco exploratório, o que significa áreas em que é difícil encontrar petróleo, essas empresas querem um prêmio. Então, o que elas fazem? Estimam qual o retorno que podem ter, se descoberto o petróleo, definem um bônus para pagar ao Governo para entrar nessas áreas. O bônus é uma competição entre as empresas, portanto, o bônus define: quanto mais expectativa positiva, maior o valor do bônus. Depois, se descobre o petróleo, ela



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

paga *royalties* e participações especiais. Portanto, estabelece, do lucro futuro, uma proporção fixa, porque ela pagou o bônus de entrada.

Nós dizíamos, em 2009, que isso não é correto com o pré-sal, porque, com o pré-sal, o risco de não encontrar petróleo era baixo. Portanto, o problema não estava no risco de encontrar ou de não encontrar petróleo, o problema estava em que o lucro futuro do petróleo podia ser muito mais alto do que previsto, e, portanto, queríamos partilhar esse lucro com o Estado brasileiro. Ao invés de aumentar a entrada, eu quero ganhar ao longo do tempo. Então, o conceito de partilha de produção implicava que o ganho adicional futuro é partilhado entre a empresa e o Governo. Essa foi a primeira mudança importante.

Segunda mudança importante: a Petrobras, obrigatoriamente, vai ser a operadora única do pré-sal. Ou seja, a Petrobras vai ter que, no mínimo, participar com 30% dos investimentos futuros do pré-sal, e as outras empresas vão ter que trabalhar sob o comando da Petrobras. Evidentemente que isso criou muitas resistências, principalmente nas empresas internacionais, que não querem o comando da Petrobras. Portanto, nesta área, e existem já alguns vazamentos do WikiLeaks, Assange, etc., etc., etc. que mostram conversas entre políticos brasileiros e diplomatas americanos colocando de forma clara que isso é prioridade para o próximo governo, dizendo que a prioridade é desmontar essa lei que garante que a Petrobras é a operadora única do pré-sal brasileiro. Isso já saiu, vazamentos, não sei se são verdadeiros ou não, porque não dá para saber, mas são vazamentos de conversas entre certos políticos brasileiros e embaixadores e diplomatas americanos, mostrando essa intenção de...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E nesses vazamentos apareceram nomes de políticos?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Apareceram, eu preferia declinar de dizer os nomes deles, mas são políticos da oposição brasileira ao Governo brasileiro neste momento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É porque eu não declino de nada e devo dizer que nesta CPI o PSDB adotou a prática do FFF, fez fumaça e fugiu, nem está aqui para fazer a interrogação, deveria estar aqui conosco para tomar conhecimento dessas informações.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – É, mas esse eu não estou lembrado.

Um terceiro projeto de lei que foi aprovado por este Congresso Nacional, que é um projeto de lei extremamente importante, que está aprovado pelo Congresso brasileiro, que, durante 2009 e 2010, discutiu isso. O terceiro projeto de lei aprovado por este Congresso é a criação de um fundo que vai receber os recursos do pré-sal. Esse fundo vai aplicar esses recursos, vai aplicar os rendimentos desses recursos para educação, saúde, cultura e investimentos que viabilizem a melhoria entre as gerações brasileiras de forma que elas possam absorver esse benefício.

Quem está contra a Petrobras desenvolver o pré-sal está contra também isso, assim como está contra a política da Petrobras de conteúdo nacional. A política da Petrobras de conteúdo nacional pressupõe que o desenvolvimento dos investimentos da Petrobras vai ser feito, a maior parte possível, no Brasil, gerando emprego e renda no Brasil.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Portanto, tirar a Petrobras de operadora única significa tirar a viabilidade da continuidade da política de conteúdo nacional e também a viabilidade da manutenção dessa política de garantia de recursos adicionais para o fundo que vai promover a melhoria da situação do povo brasileiro.

Então, eu acredito que essas forças são contrárias à Petrobras e querem desqualificar a Petrobras criando essa falsa imagem de que a Petrobras anda em crise.

Eu queria usar o último resultado da Petrobras para mostrar como ela não está em crise. A Petrobras teve quatro bilhões e pouco, cinco vírgula pouco bilhões de reais de lucro no primeiro trimestre de 2014. Esses cinco vírgula pouco bilhões de reais não foram sete porque ela reservou dois vírgula pouco para um programa de aposentadorias dos funcionários da Petrobras, que é uma vez só. Portanto, poderia ser de R\$7 bilhões, se não houvesse esse programa, o lucro da Petrobras no primeiro trimestre de 2014. Esse lucro de R\$7 bilhões, de 2014 – foi divulgado cinco vírgula pouco porque abate a provisão para o programa de demissão voluntária, que é excepcional, só ocorre neste trimestre –, portanto, tirando isso, seriam R\$7 bilhões, que é um lucro extraordinário da Petrobras; extraordinário.

A Petrobras é uma empresa da qual se fala muito de seu endividamento. É evidente que ela tem um endividamento alto; mas por que ela tem um endividamento alto? É porque ela é uma das empresas que mais crescem no mundo. Se você pegar o que a Petrobras está construindo, os chamados ativos em construção da Petrobras, isso equivale, mais ou menos, ao volume de empréstimos.

Então, ela está tomando empréstimos para crescer, ela não está tomando empréstimos para resolver problemas de caixa e operacional; ela está tomando empréstimos para crescer. E para crescer o quê? O pré-sal, porque ela conseguiu um resultado extraordinário para o pré-sal no mundo. O pré-sal foi descoberto em 2006, e ela está produzindo mais de 470 mil barris por dia no pré-sal hoje, sete anos depois da descoberta. Isso não aconteceu, de forma nenhuma, no Golfo do México; não aconteceu no Mar do Norte; não aconteceu na costa oeste da África, que levaram muito mais tempo do que sete anos para atingir os primeiros 300 mil barris, o que demonstra a competência da Petrobras, o que demonstra a capacidade da Petrobras em resolver os problemas técnicos, o que demonstra a capacidade de influir sobre a atividade de petróleo no Brasil.

E digo mais ainda: quando eu comparo a Petrobras de hoje com a Petrobras de antes de 2002, eu digo que há dois elementos fundamentais para o crescimento de uma empresa. Uma empresa de petróleo vive das áreas exploratórias. Se não houver área exploratória, se não houver área onde ela vai buscar petróleo, ela morre.

A Petrobras estava condenada a morrer em 2008. Por quê? Porque as áreas exploratórias da Petrobras estavam reduzindo-se, porque ela estava inibida de participar dos leilões antes de 2002. E digo mais ainda: o volume de investimentos na atividade exploratória antes de 2002 foi triplicado quando nós entramos na Petrobras em 2003. Ao aumentar a capacidade de investimento, nós descobrimos a Bacia de Santos e descobrimos a Bacia do Espírito Santo, todas pós 2003. Nós encontramos uma empresa em que a engenharia básica estava destruída. Encontramos uma empresa em que a área de pesquisa e desenvolvimento estava destruída, porque se buscava tecnologia apenas



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

no mercado. Nós duplicamos o Cenpes. Nós duplicamos, ampliamos, criamos uma rede com mais de cem instituições de pesquisa deste País, que é a maior rede de pesquisa que existe no mundo para a área de petróleo e gás, com as redes temáticas criadas pela Diretoria da Petrobras; e viabilizamos, portanto, o maior centro de pesquisa sobre águas profundas do mundo, na Ilha do Fundão, com a maior parte das empresas trabalhando no entorno do Cenpes. Reconstruímos a engenharia básica da empresa. Viabilizamos dentro uma área de capacidade de desenvolvimento de projeto que estava destruída antes de 2002.

Então, essa é a realidade. Como falar que essa empresa é mal gerida? Como falar que essa empresa está em crise? Ao contrário, ela é pujante e está em crescimento e com certeza vai se tornar maior ainda do que já é.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Devolvo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, senhor depoente, nossos pares, agora vamos entrar na estratégia de internacionalização da Petrobras, do Quesito 121 em diante.

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 5, de 1995, e sua regulamentação pela Lei 9.478, de 1997, houve mudança na estratégia geral da Petrobras? É correto dizer que após 1997 a Petrobras passou a perseguir a estratégia de internacionalização? Os planos de negócios e planos estratégicos da Petrobras refletiram essa mudança de estratégia? Quais planos ou planejamentos? Em que consistia, na prática, essa internacionalização? Em que ano ela começou a ser implantada? Quais foram as primeiras aquisições? Em que ano essas aquisições aconteceram?

Compra e venda de refinarias que são parte dessa estratégia. Uma delas é Pasadena, e já avançamos bastante as perguntas e as respostas a respeito.

Temos notícia de que a refinaria de San Lorenzo, na Argentina, foi vendida pela Petrobras, em 2010, porque dava prejuízos. Essa afirmação é correta? Se não é correta, por que a refinaria de San Lorenzo foi vendida? A refinaria de Bahía Blanca, Refinaria Ricardo Eliçabe, foi adquirida em 2001, da ibero-argentina Repsol, e está sendo investigada por diversos órgãos para apurar denúncias de que o negócio teria dado prejuízo de US\$2,5 bilhões à Petrobras. O caso estaria sendo julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. Essa informação é procedente? O senhor poderia explicar os termos da negociação entre a Petrobras e a Repsol?

Como contrapartida para a refinaria de Bahía Blanca, a Petrobras teria transferido 30% de participação da Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, no Rio Grande do Sul, os direitos contratuais de 234 postos de combustível e mais 10% dos direitos de exploração do campo de Albacora Leste, na Bacia de Campos. Essa informação é procedente? A compra da Repsol fez parte da estratégia de internacionalização da Petrobras? A compra da Repsol pela Petrobras foi um bom ou mau negócio?

São essas, Sr. Presidente, nosso Senador Antonio Carlos Rodrigues, as perguntas ao nosso Depoente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Passo a palavra ao nosso Depoente.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Após a promulgação da Emenda e da Lei 9.478, a Petrobras se viu forçada a enfrentar uma situação de competição, sendo restrita por ser uma empresa controlada pelo Governo. Uma das estratégias para enfrentar essa situação por parte do Conselho de Administração da Petrobras à época era a internacionalização da companhia, por meio da qual ela teria capacidade de gerar atividades e viabilizar, portanto, retorno distinto do que poderia ter no Brasil. A estratégia de internacionalização da Petrobras, portanto, refletia aquele momento do final dos anos 90, porque a Petrobras já estava internacionalizada. A Petrobras, quando surge, se internacionaliza para ir buscar petróleo para alimentar as nossas refinarias. As nossas refinarias precisavam importar petróleo. Então, a Petrobras vai para a Argélia, vai para o Oriente Médio, para tentar estabelecer vinculações internacionais de fornecimento de petróleo para o Brasil. Vai para Angola, para tentar buscar fornecimento de petróleo. Vai para a Líbia, para tentar buscar fornecimento de petróleo para o Brasil.

Em um segundo momento, a internacionalização da Petrobras visa a entrar em alguns mercados de derivados, principalmente na América do Sul. É esse momento pós fim do monopólio estatal do petróleo. Esse momento, na década de 90, é um período em que a Petrobras entra na Bolívia, com a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. É nesse momento que há essa troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol, na Argentina. É o momento em que ela se expande na Colômbia. É o momento em que ela se expande no Peru e no Equador.

Mas a meta de entrar nos Estados Unidos começa a ser visualizada como a meta de encontrar fornecimento nos Estados Unidos. A primeira operação da Petrobras nos Estados Unidos é como compradora de produtos para ela. É, portanto, uma atividade de compra de materiais.

Depois, ela caminha para encontrar algumas áreas exploratórias de petróleo, até chegar à decisão de 2005, quando é o momento de comprar a refinaria. Olhando a troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol... Essa troca está *sub judice*, digamos. Está sendo julgada. Ainda não há conclusão do ponto de vista da Justiça. Há ações denunciando essa operação como uma operação lesiva à Petrobras. Há ações denunciando que foram trocados ativos em valores desiguais; ativos bons foram trocados por ativos ruins.

O fato é que a Petrobras, na Argentina, tem o primeiro passo com a aquisição da Repsol, mas tem um segundo passo, que é a aquisição da Perez Companc, na Argentina. A Perez Companc, na Argentina, é uma empresa privada argentina que é adquirida pela Petrobras antes de 2003. Essa aquisição da Perez Companc pela Petrobras reestrutura-se na Argentina, e a Petrobras passa a ter um conjunto de atividades na EP – exploração e produção –, na produção de gás, na produção de fertilizantes, na distribuição de postos de gasolina e no refino.

Esse conjunto de ativos tem ativos mais rentáveis e outros menos rentáveis. A venda de San Lorenzo, em 2010, é um dos ativos mais rentáveis que a Petrobras tinha na Argentina, e foi vendida, em 2010, por isso.

A refinaria de Bahía Blanca, adquirida também em 2001, tem denúncias e investigações, mas eu não tenho detalhes sobre isso porque essas questões ocorreram depois da minha saída, se não me engano; depois da minha saída da Petrobras.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

As negociações entre a Petrobras e a Repsol, essas negociações foram troca de postos de gasolina no Brasil com postos de gasolina na Argentina, trocas de parcela da presença da Petrobras na Refap. A Refap é interessante, porque a Refap foi um primeiro exemplo de uma tentativa de vender as refinarias brasileiras. A Refap é uma refinaria no Rio Grande do Sul, Refinaria Alberto Pasqualini. Essa refinaria era parte da Petrobras, integrada da Petrobras, e foi vendida parcialmente à Repsol em troca de ativos na Argentina, e ela passou a ser uma refinaria isolada da Petrobras, sócia Petrobras e Repsol. Ela hoje, de novo, voltou a ser incorporada à Petrobras; ela é de novo uma refinaria plena da Petrobras, mas ela passou um tempo dessa forma. O valor dos ativos está sob questão judicial, então não há conclusão, não posso dizer o resultado disso porque está em discussão judicial.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, senhor depoente, Srs. Senadores, antes de entrar no Eixo 2, quero fazer duas perguntas que também são objeto de questionamento na imprensa, que dizem respeito à nomeação do engenheiro José Orlando Azevedo. Há informações de que, à época em que V. S^a era Presidente da Petrobras, teria nomeado um primo, o engenheiro José Orlando Azevedo, para a subsidiária da Petrobras nos Estados Unidos. Essa informação está correta? Existe algum conflito ético na indicação do Sr. José Orlando para o cargo de Presidente da Petrobras América?

E, Sr. Presidente, vou iniciar também o Eixo 2, que trata da SBM Offshore. Qual a relação entre a Petrobras e a SBM? Quando teve início? Quais foram os serviços prestados pela SBM para a Petrobras? Por que a Petrobras contratou os serviços da SBM? Havia outros fornecedores capacitados tecnicamente para prestar os mesmos serviços? Quais?

Segundo o *Valor Econômico* de 13 de fevereiro de 2014, a SBM teria confirmado na Holanda – abre aspas – "que pagou US\$139,1 milhões em comissões no Brasil entre 2007 e 2011 para os agentes de seus negócios no país" – fecha aspas.

A Petrobras, durante a gestão de V. S^a, tinha conhecimento de pagamento de comissões da SBM relativas a esses serviços? Segundo a denúncia, a SBM pagaria 3% do contrato fechado com a Petrobras a título de comissão para seu representante no Brasil, Julio Faerman, e este repassaria 2% para funcionários da Petrobras. O que V. S^a sabe sobre isso? V. S^a tem conhecimento se funcionários da Petrobras receberam algum numerário da SBM? Quem efetuou o pagamento? Quem recebeu? Qual o montante envolvido? O pagamento influenciou na celebração de contrato entre a SBM Offshore e a Petrobras? Quais os prejuízos para a Petrobras?

Portanto, Sr. Presidente, são essas as perguntas com relação ao Eixo 2.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Passo a palavra para o depoente.

O SR. PRESIDENTE (José Sérgio Gabrielli) – O engenheiro José Orlando Azevedo entrou na Petrobras por concurso em 1978. Portanto, há 35 anos. Ele é um engenheiro sênior da Petrobras, reconhecidamente um técnico de alta competência, já trabalhou em várias missões no exterior, e o engenheiro José Orlando Azevedo me foi apresentado pela diretoria internacional para assumir em 2008, portanto, no momento do conflito judicial com Pasadena, e não no momento de negociação, mas no momento da briga judicial com Pasadena, pela diretoria



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

internacional, para assumir a função de Presidente da Petrobras na América, que é uma função equivalente a gerente-geral dentro da Petrobras. A Petrobras tem gerente-geral, gerente-executivo e diretor. Portanto, o nível de hierarquia é esse.

Eu fiquei numa dúvida: eu veto a nomeação de Zé Orlando porque é meu primo ou aprovo a nomeação de Zé Orlando e comunico às autoridades que nomeei? Essa foi a minha dúvida. Quando cheguei na Petrobras – cheguei na Petrobras em 2003 –, em alguns círculos, eu era conhecido como o primo de Zé Orlando, e não ao contrário, está certo? Porque ele está lá desde 1978. Então, a minha dúvida era essa. Então eu comuniquei à CVM que o nomeei numa função de gerente-geral, equivalente a gerente-geral, portanto, uma função em que não nomeei diretamente, porque, inclusive, não me compete nomear diretamente. É a diretoria que o indica como presidente da PAI. Não vejo nenhum problema de conflito ético. Ele é um profissional de carreira da companhia, que está lá trabalhando e é um profissional de competência reconhecida na Petrobras.

Em relação à SBM, a SBM é uma grande empresa de construção de plataformas e fretadora de plataformas do mundo. Não é uma empresa pequena, é uma empresa grande. E essa empresa grande tem várias FPSOs, unidades flutuantes de produção da Petrobras, que foram construídas pela SBM ou fretadas pela SBM à Petrobras. Portanto, os relacionamentos da SBM com a Petrobras não são de hoje; começaram em junho de 2001, alguns meses depois do afundamento da P-36, da dolorosa experiência do afundamento da P-36 em 2000/2001. Com o afundamento da P-36, foi substituída pela chamada FPSO Brasil, que foi fretada pelo SBM. Portanto, o relacionamento da SBM com a Petrobras não é recente, é um relacionamento que vem desde 2001.

Quais foram os serviços prestados pela SBM? Ela hoje tem cinco plataformas em operação e está construindo a P-57, que é uma plataforma que está em construção neste momento. Contratou serviço da SBM, que é uma empresa de reconhecida competência e é a segunda maior contratante de unidades flutuantes de produção da petrobras. A primeira é a Modec e a segunda é a SBM.

Segundo o *Valor Econômico*, a SBM teria confirmado na Holanda que pagou 139. Não é o que a SBM publica no Brasil. Publicou uma matéria paga no *Estado de S. Paulo* desmentindo que esteja investigando suborno no Brasil. Não é o que o *New York Times*, o jornal *New York Times* publica como errata, uma pequena errata, dizendo que ela, na Holanda, não está investigando no Brasil. Nem é a decisão da comissão interna da Petrobras, de que soube externamente, pois eu não participei dessa avaliação, pelo menos, publicamente. O que há de público é que a comissão interna não encontrou nenhum indício de envolvimento de funcionário da Petrobras em nenhum ato de propina com a SBM. Portanto, não tenho o que comentar sobre comissões, valores, quem efetuou pagamento, quem recebeu, porque eu não conheço, desconheço esse tipo de situação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, agora vamos iniciar o Eixo 4. E Sr. Presidente, não fazemos referência ao Eixo 3, que trata da segurança nas plataformas, porque o Requerimento nº 302, de 2014, que dá origem a esta CPI, e a decisão do Supremo Tribunal Federal não fazem alusão a



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

qualquer risco ocorrido no período da gestão do nosso depoente, o nosso ex-presidente aqui presente. Por isso vou para o Eixo 4.

E quanto aos outros depoentes, já aprovada a vinda deles aqui, temos aqui uma lista de pessoas que irão abordar o Eixo 3, cumprindo, rigorosamente, o que determina o Requerimento nº 302, de 2014, e a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Eixo 4. Quando começou a construção da refinaria Abreu e Lima? Quais as razões que levaram a Petrobras a construir a RNEST, que é a Abreu e Lima? Depois de pronta, qual será a capacidade da RNEST? A construção da RNEST é dividida em quatro fases, de um a quatro. V. S^a poderia explicar cada uma dessas fases? Há notícia de que a Petrobras não elaborou Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica da RNEST. A fase I teria começado em 2005, no início da gestão de V. S^a. Essa afirmação tem procedência? Todas as fases de construção da RNEST têm Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica? Quando RNEST entrará em operação?

Sobre o custo da RNEST. Quais eram as projeções iniciais de custo da RNEST? Essas projeções referiam-se a todas as fases? Qual será o preço final da RNEST? Há notícias de que os custos da RNEST saltariam da casa de R\$4 bilhões para os quase R\$40 bilhões. Essa informação está correta? Que fatores impactaram a alteração entre as projeções iniciais e o custo final da RNEST: o câmbio, aquecimento do mercado fornecedor de bens e serviços? Desde o seu início, quantos aditivos já foram assinados relativamente à RNEST? Quem são os responsáveis por esses aditivos? Todos os aditivos passaram por avaliação técnica e jurídica? V. S^a participou da celebração de algum aditivo?

Sobre a legislação. Além do tempo, a RNEST chama a atenção pelos custos já referidos. A Petrobras observou a legislação aplicável às licitações e contratos na construção da RNEST? As fiscalizações do TCU dão conta de que a Petrobras não estaria observando a Lei nº 8.666, de 1993, no que tange aos procedimentos de licitação e contrato. O que V. S^a tem a dizer sobre isso? Houve alteração no projeto de construção da RNEST em decorrência dos erros apontados pelos órgãos de fiscalização? Quais? Houve aplicação de recursos da Petrobras ou da União nas obras do entorno do complexo da Refinaria Abreu e Lima?

Sobre preço e faturamento. Desde 2008, o TCU fiscaliza as obras da RNEST. O TCU concluiu que existe superfaturamento de "R\$69 milhões" – entre aspas – no contrato com o consórcio Abreu e Lima. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

Atraso nas obras. As obras de construção da RNEST já duram dez anos. Qual o real motivo dessa demora?

RNEST e PDVSA. Qual o papel da PDVSA na Refinaria Abreu e Lima? A estatal venezuelana tem respeitado o contrato? Qual a situação hoje da PDVSA em relação à RNEST? O Conselho de Administração da RNEST recebe jeton? Qual o valor? Qual a natureza jurídica da Refinaria Abreu e Lima S.A.? Ela é uma subsidiária da Petrobras? Qual foi, oficialmente, a incorporadora?

RNEST e o Sr. Paulo Roberto Costa. Matéria publicada pelo jornal *Valor Econômico*, em 15 de maio, faz referência a 123 atas que compõem as decisões tomadas sobre a construção da refinaria em Pernambuco entre março de 2008 e dezembro de 2013. Segundo o jornal, o ex-Diretor da Petrobras, o Sr. Paulo Roberto Costa, estava no



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

comando das decisões. Qual é a função do Sr. Paulo Roberto Costa na RNEST? Era ele que tomava as decisões relativas à refinaria?

São essas, Sr. Presidente, as nossas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco União e Força/PR - SP) – Passo a palavra para o depoente.

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Eu mencionei a mudança de estratégia em relação ao refino brasileiro, que ocorreu em 2006. Mas já em 2005, nós tínhamos também como fase de transição do que vinha de antes de 2003 uma série de negociações com refinarias, particularmente projetos de refinarias no Nordeste. Havia negociações com grupos da Arábia Saudita, havia negociações com grupos japoneses principalmente, com os governos estaduais do Ceará, do Maranhão, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. E essas negociações ocorriam no Nordeste por uma razão: a refinaria, no Brasil, mais ao norte é a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia. A Refinaria Landulpho Alves, que é a mais velha refinaria do Brasil e que tem uma capacidade de expansão da sua destilação limitada, ela não pode aumentar muito a sua capacidade de produção.

Conseqüentemente, se o mercado do Nordeste ia crescer, nós tínhamos que criar uma refinaria no Nordeste. Isso não é uma decisão desta diretoria de 2003 para cá; é uma decisão que vem de antes de 2003 também. Ou seja, é necessário criar... Antes de 2003, havia várias negociações envolvendo o Governador Tasso Jereissati, com o qual eu tive pessoalmente uma reunião sobre grupos árabes que queriam investir no Nordeste, no Ceará, o que envolvia negociações com o governo de Pernambuco, envolvia negociações com o governo do Rio Grande do Norte. Então havia várias negociações que vinham de antes, não foram iniciadas por nós. E nós sabíamos que tínhamos que pensar na expansão do refino no Nordeste brasileiro, que tem 19% do mercado brasileiro.

Além disso, a parte norte do Centro-Oeste, do ponto de vista logístico, poderia ser atendida por uma refinaria no Nordeste. Como nós não tínhamos clareza ainda, em 2004, 2005 e 2006, do ritmo de crescimento do mercado brasileiro, ainda havia uma vantagem de você fazer uma refinaria no Nordeste, que era criar uma refinaria que pudesse ser exportadora de derivados para a Europa e para os Estados Unidos, porque tanto Pernambuco, como Ceará, como Maranhão estão mais perto da Europa e dos Estados Unidos do que São Paulo, do que o Rio de Janeiro, e a Paraíba também – sem dúvida nenhuma, do que a Paraíba também. Então havia também essa possibilidade, se o mercado brasileiro não crescesse como a gente esperava, de transformar isso numa plataforma de exportação mais perto da Europa, dos Estados Unidos e do Caribe, que era uma área que é demandante de petróleo. Então a lógica de criar uma refinaria no Nordeste era uma lógica que tinha a ver com a expansão do mercado brasileiro.

Por outro lado, o déficit entre expansão do consumo e capacidade de refino era muito maior no Nordeste do que no Sudeste. Então, conseqüentemente, havia que se criar uma refinaria no Nordeste.

A Venezuela é um país que está em cima de enormes reservatórios de petróleo não convencional. A Venezuela tem um volume de recursos enorme de petróleo extrapesado, extrapesado, muito mais pesado do que o Marlim. Portanto, o



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

petróleo venezuelano é um petróleo que é muito fácil de extrair, porque ele está perto da superfície, predominantemente em terra, e é muito grande o volume. Fala-se em 240 anos a relação entre recursos existentes e produção na Venezuela. Portanto, para uma empresa de petróleo que queira se expandir em áreas não tradicionais, ter uma posição na Venezuela era estrategicamente uma posição adequada. Como a Venezuela queria entrar no refino brasileiro e na distribuição brasileira, nós vislumbramos uma possibilidade de, com a PDVSA, fazer um acordo mútuo, em que nós entraríamos na exploração de petróleo na Venezuela, e a Venezuela entraria conosco no refino brasileiro. Assinamos vários memorandos de entendimentos com a Venezuela, com a PDVSA, e fizemos várias reuniões, várias rodadas de negociações técnicas. No entanto, o casamento não deu certo. Nós não chegamos a consumir o ato, não chegamos a realizar a sociedade nem na produção na Venezuela nem no refino brasileiro.

Portanto, a decisão de construir a RNEST é uma decisão estratégica, com base na perspectiva da expansão no mercado de consumo no Nordeste e com base na perspectiva da expansão no Centro-Oeste, particularmente no norte do Centro-Oeste. E a opção para a PDVSA foi uma opção com base na visão de crescimento do Nordeste.

Os trabalhos de terraplanagem na RNEST começaram em 2007. Portanto, não começaram há dez anos; começaram em 2007. Evidentemente, estamos atrasados na RNEST. A RNEST é uma refinaria absolutamente necessária e vital para atender às necessidades do mercado brasileiro hoje. É uma refinaria otimizada para produzir diesel, e vai produzir diesel diminuindo o déficit que temos hoje de importação desse produto. Portanto, ela tem toda a lógica de ser uma refinaria estrategicamente bem situada, que vai permitir a possibilidade de expandir a produção de diesel no Nordeste brasileiro.

Fase I, fase II, fase III e fase IV não são uma particularidade da RNEST. Fase I, fase II, fase III e fase IV são portais pelos quais passam todos os projetos da Petrobras.

Na fase I, o projeto é uma ideia conceitual do que se deve fazer. Vai-se fazer uma refinaria com tais características, situada em tal lugar, e que, provavelmente, dados os números gerais, vai custar tanto, vai ter tal tecnologia, vai ter unidade de destilação atmosférica, vai ter coqueamento retardado, vai ter hidrotreatamento, e várias unidades vão ser definidas. Então, tem-se uma visão conceitual, e isso chama-se fase I. Nessa fase I, faz-se um cálculo do valor do investimento com base em várias métricas, várias formas de indicar. Uma delas é comparar custos com refinarias existentes em outros lugares. Então, o primeiro valor que se tem para a refinaria RNEST é um valor de dois e pouco bilhões de dólares. É como se a RNEST estivesse sendo feita no Golfo do México americano.

Então, se ela fosse feita no Texas, na Louisiana, com a indústria americana de fornecimento, com a indústria americana de construção, com a presença dos fornecedores de serviços, com a situação de conectá-la à rede elétrica sem problema, com a situação de conectá-la à rede de esgotos e de resíduos sem problema, sem necessidade de porto, sem necessidade de oleoduto, sem necessidade de nada, essa refinaria feita na Louisiana, ou seja, base Golfo do Texas americano, no Texas e na Louisiana, seria de US\$2 bilhões.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Na medida em que nós iniciamos os estudos para passar da fase I para a fase II, nós começamos a tropicalizar a refinaria, ou seja, dar os custos reais brasileiros dessa refinaria. Ela sai de II para IV, na prancheta ainda, e não no contrato – na prancheta, antes do contrato, porque os contratos ocorrem no final da fase II ou na fase III. A fase I é conceitual, é laboratório. Não é na prancheta mais, porque é no computador, atualmente, mas é como se fosse na prancheta, que é o lugar mais barato que existe para se fazer ajuste. Então, essa mudança que ocorre no início de II para IV não é em contrato, não é aditivo de contrato, não é nada. É apenas na avaliação de laboratório, de escritório, de quanto custaria ela se fosse no Brasil.

Aí, começam a aparecer várias questões. Nós temos três tipos de efeitos sobre o custo da Refinaria Abreu e Lima. O primeiro efeito é o câmbio. Noventa e cinco por cento dos investimentos realizados em refinaria no Brasil são compras em reais; não em dólares, mas em reais. Então, se você tem R\$100,00 e a taxa de câmbio é R\$1,00 por dólar, você precisa de US\$100,00 milhões para R\$100,00. Com esses mesmos R\$100,00, se a taxa de câmbio é R\$2,00, vai para US\$50 milhões. Se a taxa de câmbio é R\$4,00, vai para US\$25 milhões e os mesmos R\$100,00. Portanto, a variação da taxa de câmbio altera o valor da refinaria. Se cair a taxa de câmbio, ou seja, reduzir de R\$4,00 para R\$3,00, para R\$2,00, para R\$1,00, aumenta o valor em dólar sem alterar o valor em real. Então, nós vivemos em 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011, uma apreciação do real, que caiu de R\$3,70 por dólar a R\$1,70 por dólar. Só isso deve ter provocado alteração em dólar desse projeto em cerca de 40%, que não é uma variação em reais, mas é uma variação em dólar.

O segundo elemento. Na medida em que você vai avançando no conhecimento da fase II e da fase III, vai, portanto, detalhando mais a refinaria, vai detalhando as tubovias, vai detalhando o solo para fazer a terraplanagem, vai detalhando as condições dos chamados extramuros, que são as estradas, a situação da rede elétrica, a situação do porto, vai incluindo um conjunto de outros investimentos que são necessários para viabilizar a refinaria ali onde foi escolhido, por razões de expansão do mercado, obras suplementares que são necessárias para isso. Só o Porto de Suape, por exemplo, só o Porto de Suape – e, aí, eu vou responder a uma das perguntas que estão aqui –, que é uma obra de entorno, custou US\$256 milhões à Petrobras, US\$256 milhões que a Petrobras investiu no Porto de Suape para viabilizar uma expansão do porto, atendendo à Petrobras e atendendo ao Porto. Agora, vai receber parte disso, a Petrobras vai ser ressarcida em parte disso com a redução da tarifa do uso porto no futuro, mas houve um investimento realizado no porto. Foram realizados investimentos em estradas, US\$256 milhões. Foram realizados investimentos na infraestrutura da região de Suape. Então, foram realizados vários investimentos que são externos à refinaria e que aumentaram o custo da refinaria, mas que era necessário serem feitos porque, se não, não seria lá a refinaria e aí nós não teríamos o Nordeste com refinaria. Então, tinha que ser no Nordeste. O melhor lugar no Nordeste para a primeira refinaria era Pernambuco e, portanto, ela custou mais em função disso.

E o terceiro elemento vem um pouco das mudanças que ocorreram no escopo da refinaria. Então, a refinaria inicialmente era uma refinaria prevista para processar petróleo Marlim – o famoso petróleo Marlim, o petróleo pesado brasileiro. Num segundo momento, ela passou a ser uma refinaria que teria duas correntes de



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

produção, duas cadeias de produção, que na linguagem do setor de refino é dois trens de produção: um trem para processar petróleo Marlim e outro trem para processar petróleo venezuelano. Isso fez com que os dois trens, na prática, virassem praticamente duas unidades de refino separadas. Posteriormente, isso foi revertido e hoje ela tem dois trens, mas todos os dois para processar petróleo brasileiro. E, portanto, teve uma série de mudanças de escopo ao longo da refinaria: mudança de severidade e unidades, mudança de composição de unidades, etc.

E nós vivemos, também, um outro fenômeno. Pelo fato de nós iniciarmos cinco refinarias simultaneamente, nós tivemos um aquecimento do mercado de fornecedores de válvulas, de esferas, de armazenamento, de tanques de armazenamento, de tubovias, de engenharia de montagem, de montagem de sistemas elétricos, de montagem de tratamento de resíduos. Então, nós tivemos um conjunto de situações que, diferentemente do mundo, em que, a partir de 2008, houve uma redução dos investimentos, nós mantivemos os investimentos e até aumentamos o investimento em refino nesse período, o que fez com que houvesse um aquecimento maior desse mercado. Nós chegamos a ter, Srs. Senadores, 70 mil trabalhadores trabalhando em Suape; 70 mil pessoas trabalhando em obras em Suape simultaneamente. Então houve um aquecimento muito grande; os custos subiram, elevaram-se os custos. Portanto, esses são os elementos que explicam as variações de custo que ocorreram na RNEST.

Indo diretamente às perguntas de custo, portanto, as projeções iniciais de custos, como eu disse, na fase muito preliminar, por referência, eram dois e poucos bilhões de dólares. Depois, imediatamente, na medida em que nós tropicalizamos esse custo, trocamos, o colocamos mais próximo da realidade de Pernambuco, foi para US\$4 bilhões. Em 2009, ele chega a US\$13 bilhões. Hoje eu não sei exatamente em quanto está. O que está sendo divulgado é algo em torno de US\$18 bilhões, US\$19 bilhões o custo da Refinaria Abreu e Lima final.

Ela está em fase final, tem quase 90% já construída. Ela deve entrar em operação ainda no final deste ano de 2014. Portanto ela deve entrar em produção ainda esse ano, no final de 2014.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – De 2007 a 2014, sete anos. O tempo médio é de sete anos; seis a sete anos. É isso.

A posição de Paulo Roberto...

Aditivos. Aqui é importante dizer o seguinte: em 2008, como nós estávamos para negociar com a PDVSA a associação com a PDVSA, nós criamos uma empresa chamada Refinaria do Nordeste (RNEST), uma empresa 100% Petrobras, que segregava a atividade da Refinaria do Nordeste. Então, essa empresa tem um Conselho de Administração, tem uma Diretoria e toma as decisões no âmbito da RNEST.

Essa empresa estava construída para ser a empresa na qual a PDVSA teria a participação acionária; ela não seria sócia da Petrobras; ela seria sócia na RNEST. Então, a montagem dessa empresa foi a montagem de uma empresa que estava preparada para negociação com a PDVSA.

O que acontece com a negociação com a PDVSA? A PDVSA não participa do negócio. Nós não chegamos, portanto, a assinar os contratos de fechamento do negócio; nós ficamos... Eu fui, inúmeras vezes, a Caracas; o Presidente Rafael



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Ramírez veio, inúmeras vezes, ao Rio de Janeiro, a Manaus, a Pernambuco. Nós fizemos inúmeras reuniões técnicas. Então foi um processo como é em refinaria. Refinaria não é uma coisa simples; refinaria é uma coisa complicada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dr. Gabrielli, só uma dúvida: houve investimentos da Petrobras na Venezuela nesse momento?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Novos, não. Não, a Petrobras já estava na Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Porque o senhor colocou que havia uma troca, não é? A Venezuela vinha investir no refino, na sociedade, com a refinaria, e o Brasil ia investir na Venezuela. Nesse curso dessa negociação houve novos investimentos?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não, não houve novos investimentos, não. A Petrobras já estava na Venezuela. A mudança do marco regulatório na Venezuela transformou a empresa da Petrobras em uma empresa sócia da PDVSA lá na Venezuela, mas é um investimento anterior a nós; é um investimento em que a Petrobras já estava na Venezuela.

Portanto, é essa empresa que discute os aditivos. Os aditivos não chegam à diretoria da Petrobras. Portanto, nós não temos como falar sobre os aditivos, porque eles não chegavam à diretoria da Petrobras, porque eles eram resolvidos no âmbito da RNEST. As 123 atas, mencionadas pelo jornal *Valor*, são 123 atas do Conselho de Administração da RNEST. Os EVTEs – os estudos de viabilidade técnica, os estudos de viabilidade econômica – foram feitos na Petrobras. Então, é evidente que, no Conselho da RNEST, esses documentos não estavam.

Portanto, a dívida da RNEST com o BNDES é precedida por estudos de impacto ambiental, por Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica. Consequentemente, não é correta a matéria que diz que não há Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica.

Os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica não foram aprovados no Conselho de Administração da RNEST porque a RNEST não tinha essa competência, uma vez que a decisão era da Petrobras e a discussão ocorre no âmbito da diretoria da Petrobras, que aprova os diversos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica no momento adequado.

É claro que, como eu disse, nós temos fase I, conceitual, fase II, que é a fase em que você desenvolve o projeto básico, detalha um pouco mais a sua ideia, contrata empresas para desenvolver o projeto, contrata áreas especiais para detalhar e especificar melhor os equipamentos, faz uma avaliação técnica e econômica mais precisa, e vai para a fase III, onde isso chega a, quase, projeto executivo. Ao chegar à fase III, toma-se a decisão: nós vamos fazer as licitações e, portanto, começar a contratar o mercado para fazer o que nós estamos planejando ou não. E, aí, a fase IV é a fase de implantação do projeto. Isso ocorre com todos os projetos da empresa. Em alguns projetos, no entanto, dada a necessidade estratégica, sabendo que há caminhos críticos para alguns equipamentos e algumas etapas do projeto, é possível que se tomem decisões, considerando que é necessário que você tenha esse equipamento numa



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

determinada data, que se tomem decisões, ainda na fase II, portanto, sem o detalhamento da fase III para contratações.

Então, considerando que nós achávamos que a refinaria era necessário ser, o mais rápido possível, construída, porque nós antecipávamos o crescimento do mercado brasileiro, não íamos antecipar 65% de crescimento, como eu disse aqui, mas antecipávamos porque havia crescimento, nós precisávamos acelerar a construção da refinaria. Para acelerar a construção da refinaria nós tomamos algumas decisões ainda na fase II, antes de chegar à fase III, para fazer o chamado caminho, superar o caminho crítico com uma rota de acelerar os investimentos. Então, foi isso que aconteceu com a RNEST.

Desde 2008, o TCU fiscaliza as obras da RNEST.

Sobre o TCU não estar observando a Lei nº 8.666. Há uma diferença de interpretação, em relação ao TCU, em relação a dois pontos estruturais entre a Petrobras e o TCU. O primeiro é sobre a aplicação da Lei nº 8.666. Em 1998, foi publicado, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, um Decreto-Lei, nº 2.745, de 1998, com base na Lei nº 9.478, que é a lei que acaba com o monopólio do petróleo, que diz que a Petrobras tem um regime diferenciado de compras. Esse decreto é do Presidente Fernando Henrique, de 1998; de 1998, está certo? Esse decreto é de 1998, o de nº 2.745. Esse decreto já foi, mais de 20 vezes, ao Supremo Tribunal Federal, por provocação do TCU, e existem mais de 20 liminares do TCU dizendo que a Petrobras não pode ser punida por isso sem julgar o mérito. Essas 20 liminares já foram dadas por sete Ministros diferentes do Supremo Tribunal Federal. Sete Ministros diferentes deram liminares preliminares, evidentemente. Não houve julgamento do mérito ainda, mas o fato é que há uma interpretação, a nosso ver, do TCU, equivocada sobre a Lei nº 8.666 e a Petrobras. Então, há uma diferença de interpretação sobre a Lei nº 8.666 e a Petrobras no que se refere à aplicação do Decreto nº 2.745. Para nós, é um decreto que tem validade. O TCU acha que é um decreto inconstitucional. O STF ainda não se posicionou. Então, nós estamos nessa situação.

Há uma outra diferença, que é referente a esse chamado 69.6. Ex^{mo} Sr. Relator, não é correto dizer que o TCU concluiu que existe superfaturamento, porque o TCU ainda não concluiu. Há um recurso em andamento, portanto, não há julgamento final do TCU sobre essa visão de que algumas etapas do processo estão chegando.

Qual é a principal diferença? Há um elemento chave, que é a tabela de preços que se deve considerar. O TCU acha que temos de utilizar, para fins de obras de engenharia e de terraplanagem, a tabela usada para a construção de estradas no Brasil, Sicro, que é uma tabela que leva em conta a construção de estradas. A avaliação da nossa engenharia é de que uma refinaria não é uma estrada; uma refinaria é um equipamento com grandes unidades, com trepidação, pressão, vapor, peso gigantesco, num determinado local, fixo, sem alteração. Portanto, não se podem usar os mesmos padrões de construção de estradas. Então, essa diferença de utilização de base de referência é que provoca a diferença de percepção de quanto é o valor de unidade de terraplanagem. Isso está em discussão ainda no âmbito do TCU.

Acho que respondi a quase tudo.

Sobre PDVSA e RNEST eu já respondi.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A capacidade de refino...

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Duzentos e trinta mil barris por dia.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Em operação desde o início?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Não. No início, vai ser o primeiro trem de 115 e, no segundo, seis meses depois, outros 115. Então, vamos ter 230 mil barris/dia, otimizados para produzir diesel; vai produzir uma grande quantidade de diesel. Não sei quanto vai ser a produção de diesel, mas a otimização da refinaria é para produzir óleo diesel.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – A maior refinaria hoje é Reduc, no Rio de Janeiro, que produz 320, 340 mil barris/dia.

Antes da 28...

O Conselho de Administração da RNEST não recebe jeton.

A refinaria Abreu e Lima, a RNEST, era uma empresa 100% Petrobras. Já foi incorporada de volta à Petrobras. Na medida em que a situação com a PDVSA deixou de existir, ela foi incorporada de volta à Petrobras. O Presidente do Conselho de Administração da RNEST era Paulo Roberto. A RNEST está subordinada à diretoria de abastecimento, que era a diretoria responsável pelo refino no Brasil.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vai ser bem mais cara do que Pasadena, então?

O SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI – Muito mais cara.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores se desejam aduzir, complementar mais alguma pergunta.

O Dr. Gabrielli respondeu a algo em torno de 200 perguntas ao longo de três horas e quinze, três horas e vinte, mostrando efetivo conhecimento acerca da empresa. Ele é engenheiro laureado pela Universidade de Boston, conhece profundamente o mercado dos hidrocarbonetos no Brasil.

Nós agradecemos a presença do Dr. José Sérgio Gabrielli.

Convocamos V. Ex^{as} para, na próxima quinta-feira, a oitava do Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor internacional da Petrobras, ao tempo em que também teremos deliberações sobre requerimentos recentemente apresentados.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Senador Anibal Diniz com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só para agradecer ao Sr. Gabrielli pela precisão das informações, pela segurança, e para dizer que é verdadeiramente uma pena que os líderes do PSDB, proponentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito, tenham se negado a fazer parte desta Comissão e não se tenham feito presentes a esta audiência, o que foi muito prejudicial ao andamento dos trabalhos.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os colegas Senadores sempre serão bem-vindos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Tenham todos um bom dia. Fiquem com Deus.

(Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.)

Senador Vital do Rêgo
Presidente